

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 09-6-2016.

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença por Adeli Sell, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel, Kevin Krieger, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Jussara Cony, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Rodrigo Maroni. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 002/16 (Processo nº 0219/16), de autoria de Marcelo Sgarbossa. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jussara Cony, Rodrigo Maroni, Bernardino Vendruscolo, Adeli Sell, Kevin Krieger, Idenir Cecchim, Sofia Cavedon e Cláudio Janta. Na ocasião, foi apregoado o Projeto de Resolução nº 022/16 (Processo nº 1452/16), de autoria da Mesa Diretora. Também, foi constatada a existência de quórum, em verificação solicitada por Cassio Trogildo. Às quinze horas e onze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Airto Ferronato, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Kevin Krieger, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 044/12 (Processo nº 2388/12). Ainda, foi apregoada a Emenda nº 06, assinada por Sofia Cavedon, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 229/06 (Processo nº 5510/06), e foi aprovado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio dessa Emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/14 (Processo nº 1480/14), e foi aprovado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio dessa Emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Em continuidade, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Airto Ferronato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 308/13 (Processo nº 2783/13), e foi aprovado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio dessa Emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 043/16 (Processo nº 0542/16). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Kevin Krieger, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na priorização da Ordem do Dia, após ser encaminhado à votação por Valter Nagelstein, Adeli Sell, Bernardino Vendruscolo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Airto Ferronato, Idenir Cecchim, Cláudio Janta e Reginaldo Pujol. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo,

solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 061 e 062/16 (Processos nºs 1372 e 1399/16, respectivamente). Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/14 (Processo nº 1596/14), por oito votos SIM, treze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell, João Carlos Nedel, Sofia Cavedon, Engº Comassetto, Jussara Cony e Prof. Alex Fraga e encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airo Ferronato, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon, votado Não Cassio Trogildo, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Kevin Krieger, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Rodrigo Maroni e optado pela Abstenção Tarciso Flecha Negra. Em Votação, foi votada a Indicação nº 022/16 (Processo nº 0959/16), tendo recebido treze votos SIM e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Airo Ferronato, Engº Comassetto, Bernardino Vendruscolo e Delegado Cleiton, em votação nominal solicitada por Kevin Krieger, tendo votado Sim Adeli Sell, Airo Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon e votado Não Delegado Cleiton e João Bosco Vaz, votação essa declarada nula, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezessete horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/16, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 117 e 033/16, este discutido por Engº Comassetto e Sofia Cavedon, e o Projeto de Resolução nº 019/16; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/16, discutido por Reginaldo Pujol, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 247/15, este discutido por Cláudio Janta, e 073/15, este discutido por Rodrigo Maroni, Engº Comassetto, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Cláudio Janta, e o Projeto de Lei do Executivo nº 015/16. Durante a Sessão, Lourdes Sprenger, Airo Ferronato, Valter Nagelstein, Engº Comassetto, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença, neste Plenário, de Luiz Carlos Busato, Deputado Federal. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Paulo Brum e secretariados por Engº Comassetto. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na realidade, mais uma vez, a nossa preocupação é com o momento que vivemos. O ataque à democracia é uma constante hoje em várias instâncias da Nação brasileira. No Governo interino, ilegítimo, quando atacada a democracia, todas as conquistas também se vão. Um golpe que incita inclusive ação policial e repressiva contra os movimentos sociais revela assim o seu caráter ditatorial e, mais do que isso, a realidade é que a elite reacionária que se faz presente só aceita uma democracia meramente formal sem lugar para a igualdade e nem para a luta pelos direitos. O Governo Temer, em menos de um mês, aprofundou a visão reacionária e antidemocrática e está levando o País a um retrocesso, sob todos os aspectos, de fazer inveja às elites golpistas de 1954, de 1961, de 1964 e das décadas do neoliberalismo na Nação. Retrocesso nas conquistas dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos movimentos sociais, das políticas públicas. E o nosso enfoque hoje é fundamentalmente em duas políticas públicas: a educação e a saúde – há um caos no desenvolvimento da Nação, que está parada. O resultado, perante inclusive a comunidade internacional, é a quebra das relações políticas, econômicas e democráticas dessa comunidade com o Brasil. Uma reação, com unidade e amplitude, que se faça presente em nosso País, em todas as cidades, em todos os momentos, é fundamental e, mais do que nunca, necessária. Quero trazer aqui alguns exemplos já relacionando também os desdobramentos no Rio Grande do Sul. Na educação, além de tudo, o Governo ilegítimo de Temer dá asas para que nos Estados se desdobrem; no Rio Grande do Sul, nós temos um Governo que é aliado dos golpistas. A ocupação das escolas pelos estudantes aliada à luta dos professores por dignidade no trabalho não é diletantismo de professores e estudantes. É a realidade, é o resultado de um projeto liberal... Por exemplo, o Projeto nº 44, de 2016 – que, aliás, a nossa Deputada Manuela deu parecer contrário, hoje –, que foi o estopim dessas lutas, porque o caminho do sucateamento do setor da educação, que é um setor estratégico para o desenvolvimento do País, esse Projeto das privatizações do ensino é o caminho da criminalização dos movimentos sociais. É óbvio que esse plano liberal, que fracassou na década de 1990, não é do gosto do povo, não é nisso que o povo vota, pode votar porque tem governos que se escondem através do deboche, das piadas, inclusive, com os trabalhadores, como fez o Governo Sartori, durante o processo eleitoral; ou através de golpe, como está fazendo o interino Temer e todos os seus aliados.

Eu quero aqui, no tempo que me resta, falar, além da questão da Educação, do Sistema Único de Saúde. Segue a mesma receita, o neoliberalismo, privatista, antidemocrático. E o SUS – o Sistema Único de Saúde – é resultado de muita luta, desde a reforma sanitária, passando pela Assembleia Nacional Constituinte, antes da Assembleia Nacional Constituinte, construído na 8ª Conferência Nacional de Saúde. É por isso que nós, lutadores pelo SUS, dos movimentos sociais, parlamentares, usuários do SUS, trabalhadores, estudantes, intelectuais, os que são oriundos da reforma sanitária e do processo constituinte e aqueles que vêm se somando na construção do SUS, estamos organizando uma pauta de manifestações em todo o Brasil, manifestações contra as medidas anunciadas pelo Governo interino, e estamos formando frentes

parlamentares, atos em todo o Brasil. Por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul nós já temos uma Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa que terá um ato no dia 29. Amanhã, às 10h, em torno do Grupo Hospitalar Conceição, estaremos fazendo uma marcha pelo SUS. Às 17h, na esquina democrática, na caminhada pela democracia e contra o golpe, também estarão os militantes do Sistema Único de Saúde. E teremos uma pauta importantíssima de todo o movimento da reforma sanitária, dia 17, aqui nesta Câmara Municipal, por iniciativa de todas aquelas entidades, além das entidades, os trabalhadores, os profissionais, os usuários que vêm num processo histórico de construção do Sistema Único de Saúde. O SUS é democracia, e sem democracia, o Sistema Único de Saúde, assim como o sistema de educação, assim como as lutas históricas por políticas públicas estão indo ralo abaixo de um golpe, de um governo ilegítimo, que se desdobra, inclusive nos Municípios e nos Estados, em retirada de conquistas e retirada de democracia e de ataques à democracia e aos movimentos sociais. Por isso que a reação de todos nós, a reação daqueles que ajudaram a construir políticas está nas ruas, está na rua de forma democrática, está na rua em unidade e amplitude mais do que nunca necessária para que a gente possa retomar a Nação brasileira dentro dos seus princípios constitucionais e do Estado Democrático de Direito.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; boa tarde demais Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal, público que nos assiste pelas galerias, público que acompanha pela TVCâmara o nosso trabalho. Normalmente, subo aqui para pautar, inclusive vai entrar em discussão um projeto muito importante pedindo a sensibilidade da população – está aqui minha amiga Rosane Pratine, que é uma parceira sempre incentivadora dos animais, a Ana, entre outros – à pauta dos animais, e o código dos animais que está em discussão, e a minha batalha árdua, fundamentalmente fora da Câmara. Costumo dizer que o meu serviço aqui não chega a 1% do que a gente encara na rua, lamentavelmente é onde a coisa acontece. E a falta de política pública, ou a política pública acontecendo, é na rua, é na população e naturalmente naqueles que menos têm ou não têm como se defender, que são os animais. Por isso peguei essa pauta e por isso vou me manter nela incondicionalmente me expondo às situações que tiver que me expor. Dentre essa caminhada toda durante esse período, surgiram inúmeros casos, e a grande parceira, que não tinha como não reconhecer, tem sido a Polícia. Tenho colegas que são da Polícia, a mesma Polícia que está recebendo o seu salário parcelado em nove vezes, que é funcionária pública e que, lamentavelmente, não consegue nem se organizar para viver, atua simples e puramente com paixão. Esses mesmos policiais que, muitas vezes, estão expostos a risco, enfrentam, botam a sua vida em perigo, deixam a sua família em casa, são os que têm

dado uma grande mão na causa dos animais, por não ter uma delegacia efetiva dos animais. A esses parceiros eu tenho que fazer um reconhecimento público de forma não protocolar: Claudinei Álvares da Silva Nunes, Beatriz Zanetti, Marcelo Satin Carbone, Luiz Cezar Machado de Oliveira, Éder Saldanha Oliveira, Marina Mena de Farias, Delegado Grilo, da Homicídios; e Delegado Muller, da 3ª DP. Faço um reconhecimento a esses heróis, essas pessoas que têm me ajudado muito, quando eu vou enfrentar pessoas com problemas psiquiátricos, com problemas de caráter e que, lamentavelmente, o Estado não consegue organizar, que é quem faz mal ao animal. Eu sempre digo que aquele que faz mal ao animal naturalmente tem, na sua ficha, alguns outros crimes; naturalmente, tem na sua ficha outros desvios, porque ninguém que faz mal a um animal, que não tem como reagir, é uma pessoa normal. Então, a polícia tem cumprido esse papel. Vocês acreditam que hoje a falta de política é tanta... Eu falava com um menino do DEIC a semana passada, e ele disse que eles fizeram uma prisão numa rinha de galos. Para quem não sabe, quem está envolvido em rinha não é o pobre, quem está envolvido em rinha é gente que tem dinheiro; muitas vezes, é gente do poder, inclusive, do poder político. Um galo de rinha custa cinco, dez mil reais! Quando acontecem essas prisões, Janta, tu que acompanhas o meu trabalho, és meu parceiro, tu acreditas que a polícia não tem, muitas vezes, o que fazer? Eles falaram que prenderam o pessoal que estava nessa rinha e não tinham para onde levar os galos! Os galos ficaram três semanas dentro da delegacia. Então, é um exercício ser policial, mais do que qualquer coisa, um exercício de humanidade.

Eu vejo em várias delegacias de Porto Alegre e quero fazer um reconhecimento aqui: esses policiais que são meus amigos, parceiros da causa animal, têm sensibilidade. Quando vão entrar na casa de um traficante, eles sabem que o traficante botou um *pit bull* ali na frente para proteger, mas aquele *pit bull* não tem consciência do que está acontecendo, porque é um animal – e eles fazem isso, Janta. Sabem que os traficantes colocam os animais para proteger, e aquela pessoa que tem a sensibilidade de não atirar no animal, porque sabe que, infelizmente, aquele animal não tem...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. RODRIGO MARONI: ...Esse é um policial herói, porque além de ser policial, de estar cumprindo o seu exercício, tem a capacidade psicológica de discernir, tem a sensibilidade humana de entender que a espécie que não deu certo na Terra é a humana. Não tenho dúvidas e repito: se na Terra acabasse a espécie humana, as coisas fluiriam melhor. Como não vai haver um suicídio generalizado e não vai cair uma bomba de hoje para amanhã, temos que ir administrando a situação como está, e quem paga um preço muito alto por isso são aqueles que não têm voz, mas que sentem dor, sentem medo, que são os animais. Meus parabéns a esses policiais que estão aqui, inclusive meus colegas que depois quiserem conhecê-los, estão à disposição. Quero

dizer que estou muito feliz em conhecê-los e me orgulham muito pessoas assim. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ontem fiz um pronunciamento desta tribuna que suscitou dúvidas sobre o que estamos vendo, seguidamente, das misturas que estão fazendo no leite. Uma situação extremamente preocupante, algo criminoso, que queremos aqui reforçar o apoio à polícia de modo geral, ao Ministério Público, porque até ontem não imaginávamos que isso estivesse ocorrendo aqui no nosso Estado. Fiz referência também à erva-mate, mas não aponte nem sinalizei nada nesse sentido. Agora, é claro que a erva-mate e todos os produtos que consumimos merecem, sim, uma investigação, um acompanhamento técnico.

Feito esse registro, gostaria de retomar um assunto que me chocou profundamente ontem quando fiquei sabendo que no calendário mensal de atividades e no calendário de eventos de Porto Alegre, no *site* da Prefeitura, não estão constando várias leis de autoria desta Casa. Aqui, vou fazer referência a duas leis, que são de minha autoria, que as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores aprovaram: uma trata da Tertúlia da Poesia Crioula, promovida pelo Piquete Fraternidade Gaúcha, um braço do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, que é um dos maiores eventos culturais deste Estado – no entanto, não está lá no Calendário Oficial de Eventos de Porto Alegre, Ver. Idenir Cecchim. Já fiquei sabendo que V. Exa., Ver. Idenir, está vendo o que está ocorrendo, e, com certeza, vai solucionar essa deficiência, esse pouco caso com um evento tão importante. Eu quero lhe agradecer, Ver. Idenir Cecchim. E aproveito também, Ver. Idenir, para lhe dizer que assim como não está a Tertúlia da Poesia Crioula, não está, também, o Rodeio de Poetas Crioulos da Estância da Poesia Crioula. Essa entidade também não está lá no Calendário de Eventos. E essa entidade promove um encontro, nos dias 25 e 26 de junho, lá no teatro do Pão dos Pobres; e a Estância da Poesia Crioula, lá no Teatro do Sesc, no dia 13 de agosto. Aproveito para fazer um convite para que a população participe. São eventos maravilhosos. O que nos preocupa, demasiadamente, Ver. Flecha Negra, e ontem V. Exa. também fez um pronunciamento a respeito do Museu do Negro, que nós temos aqui, de minha autoria, o Museu do Gaúcho, o Parque Temático e o Memorial ao Chimarrão. Nada! Nada! Está estacionado! Onde? Lá no Paço Municipal ou nas Secretarias que deveriam fazer o que não estão fazendo. Este é o momento de fazermos este protesto. Eu fico muito preocupado porque a entidade Estância da Poesia Crioula está fazendo 60 anos. Eu quero citar aqui, em homenagem à memória daqueles que, há 60 anos, fundaram essa entidade. Em respeito aos seus familiares, vou citar aqui os ex-presidentes: Hugo Ramírez; Nitheroy Ribeiro; Jayme Caetano Braun; Guilherme Shultz Filho, Cyro

Gavião; Mozart Pereira Soares; Pery de Castro; Hélio Moro Mariante; José Paim Brites; Zeno Cardoso Nunes; Vasco Mello Leiria; José Hilário Retamozo; Francisco Pereira Rodrigues; Dias Francisco Fiorenzano; Caio Flávio Prates da Silveira; Sérgio de Laforet Padilha; Léo Ribeiro de Souza; Beatriz de Castro; José Machado Leal; Cândido Brasil; e agora Wilson Tubino. Em respeito a esses, porque esses que fazem esse segmento de cultura não têm patrocínio! Não abrem portas para eles! Nem a Lei Rouanet! Esses daqui não são daqueles que embolsam, botam dinheiro no bolso em nome de eventos culturais. Esses não! E é por isso que eu faço um apelo, Ver. Idenir Cecchim: V. Exa. nos dê uma mão para que o Executivo, a secretaria correspondente respeite uma lei aprovada por esta Casa para entidades tão importantes. Esses não ganham para fazer cultura, esses fazem por amor! Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o PR nº 022/16.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – da Ver.^a Sofia e do Ver. Comassetto, aqui presentes –, eu queria pergunta à base do Governo, a quem dá sustentação ao Governo Municipal, Ver. Valter Nagelstein, o que está acontecendo com o Orçamento Participativo, Ver. Idenir Cecchim. As notícias que me chegam é que vão colocar as reuniões do Orçamento Participativo para depois das eleições. É para esconder alguma coisa? É para não enfrentar os dilemas que a municipalidade tem? Afinal de contas, Ver.^a Sofia, perguntar não ofende, não é? Bom, fiz a pergunta, espero que algum Vereador que me escuta atentamente possa responder essas questões, como gostaria também de saber o que será feito para resolver alguns problemas dramáticos da Cidade, como, por exemplo, a situação reinante em parte do 4º Distrito, no bairro Maria Goretti, em relação aos alagamentos. Algumas coisas foram feitas, mas, mais do que coisas feitas, fizeram promessas de colocar todas as bombas em efetivo funcionamento, disseram que estavam funcionando, no entanto não estão! Alguns jateamentos prometidos também não foram feitos.

Afinal de contas, é para esconder essas debilidades, que não haverá reunião do OP antes das eleições, só em novembro? Afinal de contas, mais uma vez, Ver. João Carlos Nedel, perguntar não ofende. Assim também eu perguntaria por que esse silêncio sepulcral sobre os temas nacionais? É por que o japonês da Federal foi preso? Seria isso? Afinal de contas, onde estão os combativos membros do MBL que estiveram aqui no Plenário, gritando, dias atrás? Não tem nada a dizer? O Ver. Valter Nagelstein não esconde, é do time deles, disse que estão com ele. Ainda bem que tem gente que assume as suas posições. Isso, pelo menos, é um mérito de quem o faz. Pior são aqueles que não assumem ou aqueles Vereadores que alardeiam para a população, inclusive, gravando, que fizeram uma creche, Ver. Cecchim. Vereador faz creche? Disso eu não sabia. Então fico pasmo, Ver. Nedel. Será que as pessoas de Porto Alegre são tão mal informadas?

Acho que não, porque quem faz creche é a Prefeitura. No caso das creches, é a Secretaria Municipal de Educação. Quem poderia dizer, até por sua ação diante da Secretaria, seria a Secretária Cleci. Um Vereador demanda, não é isso? Por isso que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, gostamos de discutir essas coisas como elas são, sem subterfúgios, colocando nossa opinião em nível nacional, Comassetto, em nível estadual e local. Por exemplo, nós não vamos esconder, estamos convocando a todos para dia 10 de junho, amanhã, no final da tarde, no Centro de Porto Alegre. Nós vamos continuar com a mesma posição diante da situação nacional! Nós vamos continuar dizendo que houve um golpe, vamos mostrar jurídica, técnica e politicamente que foi isso que aconteceu. É uma caminhada difícil, muito difícil, mas, na vida, nada é fácil. A vida é feita de muitas dificuldades. Aqui é o grande palco desses debates e é por isso que eu faço questão de anunciar esses temas em nível local, estadual e federal para dizer: nós temos posição pela democracia, pelas liberdades, por uma cidade inclusiva.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, eu quero cumprimentar o nosso Presidente, Ver. Cassio; e venho a esta tribuna a pedido do Ver. Adeli, que veio aqui fazer alguns questionamentos sobre Orçamento Participativo. Ver. Adeli, eu acabei de falar com o Secretário Cezar Busatto e ele me informou que o Conselho do Orçamento Participativo – COP, que é todo composto pela sociedade civil, Ver.^a Jussara – nossa Líder de oposição –, em assembleia, decidiu que gostaria, e pediu isso ao Governo, que as assembleias do Orçamento Participativo fossem depois da eleição. O Conselho do Orçamento pediu isso. E por que eles pediram isso, Ver. Paulo Brum, nosso Vice-Líder? Porque nós estamos num ano eleitoral e eles gostariam e querem que as assembleias do Orçamento Participativo tenham a participação do atual e futuro Prefeito de Porto Alegre. Essa foi a solicitação da sociedade civil ao Governo. E este Governo, Ver. Janta, respeita a sociedade civil. Então, para deixar muito tranquilo o meu colega, Ver. Adeli, quero dizer que não há nada para ser escondido, que não há nada que o Governo tema em relação às assembleias do Orçamento Participativo, até porque nós enfrentamos e fazemos essas assembleias, Ver. Idenir Cecchim, Líder do PMDB nesta Casa, há mais de 11 anos. Enfrentamos com toda a tranquilidade, transparência...

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

O SR. KEVIN KRIEGER: E o Ver. Idenir me lembra que a participação no Orçamento Participativo, a cada ano, aumenta. Isso quer dizer que há crédito desse Governo com a sociedade civil, com as pessoas e com as lideranças desta Cidade. Mais uma vez, quero deixar claro ao meu colega, Ver. Adeli, que estava preocupado com isso: o Conselho do Orçamento Participativo – COP, solicitou ao Governo, ao

Secretário Cezar Busatto que todas as assembleias do Orçamento Participativo ocorressem depois das eleições municipais para que estivessem nessas assembleias o atual Prefeito José Fortunati e o futuro Prefeito desta Cidade, que as pessoas escolherão em outubro ou, quem sabe, num segundo turno. Então só fiz questão de vir aqui fazer esclarecimento a este Vereador a quem tenho muito respeito e com quem sempre dialoguei com muita tranquilidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Bernardino, escutei atentamente V. Exa. falando, aqui desta tribuna, dos assuntos com os quais o seu mandato se preocupou sempre – do Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho; e falou até do seu projeto, Ver. Tarciso. Mas o Ver. Bernardino se preocupa com esse assunto há muitos anos, não é só sobre a Semana Farroupilha, essa é uma das preocupações que o Ver. Bernardino Vendruscolo teve aqui na Câmara de Vereadores, mas são outros, esta da Estância da Poesia Crioula, o Ver. Bernardino cobrou sempre, durante todo o seu mandato. Nós temos agora a Tertúlia da Poesia Crioula também, e fiquei impressionado, Ver. Bernardino, emocionado! V. Exa. disse uma coisa nesta tribuna que nós temos que repetir todos os dias: esses gaúchos, essas pessoas de bem, e muitos deles também são artistas, fazem cultura de graça, se doam para a cultura rio-grandense. Eles estudam a cultura, estudam para levar adiante a história do povo gaúcho, a história dos heróis, a maneira do gaúcho, a cultura gaúcha, que é uma cultura das mais nobres. Eu não sou contra nenhuma outra cultura, ao contrário, mas nós temos que ter um olhar mais atento para a cultura que é nossa, genuinamente nossa! Nós temos que, sempre, aqui, enaltecer os pajeadores, como o Jayme Caetano Braun, nós temos um busto dele na entrada do Parque Farroupilha. Mas a nossa cultura não se preocupa com isso mais. Ele só morreu de corpo, mas a alma, a cultura que ele deixou continua, e nós temos que preservar e enaltecer, Ver. Reginaldo Pujol. Toda essa cultura gaúcha precisa ser enaltecida, apoiada, cuidada e principalmente cultivada. Ver. Bernardino Vendruscolo, parabéns pela sua preocupação! Parabéns pelo seu empenho, pela sua luta sempre coerente. E o senhor pode contar comigo, V. Exa., que, por ter muitos afazeres particulares, no final do ano, deixará esta Câmara. Eu me comprometo aqui de levar adiante e de cobrar esses projetos, de cobrar essa atenção para a cultura gaúcha, cobrar essa atenção para que esses gaúchos, essas pessoas que são cultas, que estudam sejam valorizadas. E esses não precisam ser valorizados por números e por cifras, apenas ser valorizados por aquilo que eles são, por aquilo que eles representam, por aquilo que eles fazem pela cultura sem cobrar, o fazem porque gostam da cultura e das coisas do Rio Grande! Então, parabéns, Ver. Bernardino, por se ocupar, por cobrar e por fazer com que se pense, se guarde aqui a cada um dos nossos Vereadores que a cultura gaúcha precisa, sim, ter

mais cuidado, ter um olhar melhor, focalizar melhor essa cultura, para que todos que praticam a cultura sejam olhados com bons olhos e não só com aqueles com quem gastamos para fazer cultura. Não só olhar para quem se gasta muito para fazer cultura, vamos cuidar desses que são verdadeiros abnegados para cuidar da cultura do Rio Grande. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente, pela sua compreensão, Ver.^a Jussara, Vereadores do Partido dos Trabalhadores e do PSOL, Vereadores Adeli, Sgarbossa e Comassetto, eu quero seguir no tema municipal e, em especial, por ser aqui espaço da oposição. Temos recebido muitas queixas sobre a água na cidade de Porto Alegre. Não pudemos levantar esse tema na segunda-feira, pois priorizamos outros. Eu queria aqui trazer essa reclamação, que está sem resposta concreta, porque não há o argumento ou a desculpa de que seja por falta de chuva, pois não é o caso. Num período que não tinha essa possibilidade nós tínhamos, eventualmente, um sabor na água que não pode ter, a água não pode ter sabor nem cheiro. A nossa água tem que ser insípida e inodora. Em muitos bairros da Cidade, pessoas, inclusive comerciantes, não conseguem, não podem utilizar a água pelo mau cheiro, pela cor e sabor insuportáveis. Sei que o DMAE está procurando saber as razões, e acho que nós precisamos de um comparecimento aqui do Departamento de Água e Esgotos. Muitos bairros estão passando por isso, as pessoas estão preocupadas, trabalhando com filtros, comprando água. E não há uma resposta que dê segurança à população de Porto Alegre de que ela está usando uma água sem uma alteração que possa prejudicá-la. Há produtos químicos sendo utilizados para enfrentar isso, e nós estamos sem poder responder, como Vereadores, para a cidade de Porto Alegre. O Ver. Airto Ferronato concorda aqui comigo. Então, formalmente vou pedir para escrevermos ao Presidente que o DMAE venha a esta Casa para nos dar explicações acerca do gosto, do cheiro e da cor alterada na água, que não pode acontecer. Nós sempre nos orgulhamos do nosso Departamento de Águas e Esgotos, muito premiado, anos atrás, pelo trabalho de despoluição, de limpeza, de tratamento da nossa água e da capacidade e pujança financeira para reinvestir, para fazer um trabalho de cobertura e de atendimento de água em toda a cidade de Porto Alegre. Conversando com um assessor do diretor, e nós estamos pedindo uma agenda porque, por incrível que pareça, na Capital dos Gaúchos, nós ainda temos comunidades que não têm água regular e água potável. E a capacidade do nosso órgão, a tarifa, sempre foi superavitária, inclusive podendo emprestar recursos à centralizada, pela sua capacidade de arrecadação e pela saúde financeira. Temos que zelar por esse órgão. Acho que a vinda da Direção do DMAE pode permitir esse debate e que nós, Vereadores, tenhamos clareza do que dizer em relação a isso e possamos ter segurança com relação à água que oferecemos aos porto-alegrenses.

Sobre o tema que o Ver. Adeli Sell levantou, o Ver. Kevin Krieger colocou um contraponto, o tema do Orçamento Participativo, eu quero fazer um registro de que a minha impressão é, infelizmente, de que o Governo atuou, sim, para jogar a rodada do OP para depois das eleições. Ontem, ainda, eu recebi a comunidade São Judas Tadeu, que conquistou uma creche comunitária em 2009; essa creche teve o projeto desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma parceria para construir a primeira creche sustentável, um projeto belíssimo, construído em discussão com a comunidade, em oficinas de conscientização, já teve várias licitações, vai e volta, chegou uma empresa a ser contratada e nada da obra acontecer. Esse é um exemplo de demanda que a comunidade de Porto Alegre já priorizou, já conquistou, já acompanhou e até agora não se realizou. E eu imagino que o Governo teria dificuldades numa rodada no Orçamento Participativo antes da eleição, que poderia ser muito, muito questionadora, tanto em relação a dívidas das conquistas do OP quanto ao esvaziamento que o Orçamento Participativo teve no último período. Nós entendemos que deveríamos manter o ciclo normal do Orçamento Participativo, porque se não é essa rodada que discute o grande debate da Cidade, em que instância se fará isso no momento eleitoral...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Esse instrumento, que é marca dessa Cidade, há mais de 20 anos, é espaço, sim, de balanço, de debate no momento eleitoral. Seria muito rico se essa rodada acontecesse antes da eleição, ajuda a Cidade a avançar, ajuda a Cidade a fazer a avaliação da gestão que está vivendo, e votar com consciência. É nisso que queremos investir, e temos que investir agora e sempre, a partir da crise que estamos vivendo nacionalmente, a democracia aprofundada e qualificada, e o OP tem o papel de discutir e fazer, sim, um balanço do diagnóstico da Cidade para o momento eleitoral que vivemos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho usar o tempo de Liderança do meu Partido, depois vou usar o período de Comunicações e também os períodos disponíveis, porque está entrando um projeto nesta Casa que acho que todos nós temos que discutir, que é o Código Municipal de Proteção aos Animais. No ano passado esse projeto – infelizmente o Vereador autor não se encontra no plenário – levou muita discussão à Assembleia Legislativa, e lá foi declarado inconstitucional. O projeto nem chegou a ir a plenário,

houve recurso, foi declarado novamente inconstitucional, e agora este projeto entra aqui na Casa, o mesmo projeto, não mudando nada. O autor – ainda há pouco pedi as notas taquigráficas e ainda não tive acesso, ainda falando do projeto –, disse que as pessoas que usam os animais e sacrificam os animais e sacrificam os animais são pessoas do mal, pessoas que – usou vários adjetivos aqui. Eu acho que não cabe à nossa Casa, a Casa do Povo de Porto Alegre, como à Assembleia Legislativa, trazer essa discussão para a nossa Cidade, para esta Casa, que é uma Casa laica. Acho que, todos os cultos, todas as religiões se encontram aqui presentes. Esse projeto já foi reprovado pela casa maior, a casa de todos os povos, de todos os Municípios do Rio Grande do Sul, por ser completamente inconstitucional. Ele teria que ser um projeto à Lei Orgânica do Município, pois esta já prevê várias questões que estão dentro desse projeto. Ele não poderia ser, simplesmente, um projeto como está sendo apresentado pelo nobre Par. E também é um projeto completamente discriminatório, porque no seu art. 7º, discrimina uma religião, uma matriz; discrimina um povo. Então, eu acho que essa polêmica seria completamente desnecessária nesta Casa que vem buscando agendas positivas para o povo de Porto Alegre, principalmente para este Parlamento. Agendas, como nós tivemos na quinta-feira passada, onde o Ver. Tarciso apresentou projeto de grande importância para a cidade de Porto Alegre; o Ver. José Freitas, outros Pares, que agora me falha a memória. Nós precisamos dessas agendas, boas e positivas, não precisamos trazer tantas polêmicas desnecessárias para esta Casa, como já houve em outras casas, e não levaram a lugar nenhum, levaram somente a discutir coisas desnecessárias na cidade de Porto Alegre, que hoje congrega no Brasil, o maior número de casas religiosas de matriz africana. Porto Alegre, hoje, povo que nos assiste em casa, colegas Vereadores, tem o maior número de casas de matriz africana do Brasil. Então, eu acho que nós abrimos essa discussão na Casa do Povo de Porto Alegre, como já foi aberta na Assembleia Legislativa, não interessa a ninguém. Principalmente, um projeto que já tem óbice da Procuradoria desta Casa, é um projeto que vai de encontro à lei, um projeto que infringe a Lei Orgânica do Município. Inicialmente, quero passar esses dados para os Pares irem analisando e pensando sobre este projeto que se encontra aqui, nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h11min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, estou protocolando um Requerimento para tratar do processo nº 2520/15, que tramita nesta Casa, referente a ética e processos éticos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Feito o registro.

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 043/16. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Emenda nº 01, de autoria do Ver. Kevin Krieger, ao PLE nº 044/12.

Apregoo Emenda nº 06, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, ao PLL nº 229/06.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLL nº 229/06 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 139/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 139/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Emenda nº 02, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLL nº 308/13.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 308/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. AIRTO FERRONATO: Até para não discutir, até porque já foi discutido e até porque nós aprovamos lá e vamos aprovar hoje, temos absoluta certeza, eu só quero fazer um adendo aí na nossa Exposição de Motivos, no penúltimo parágrafo, onde tem uma série de entidades que são parceiras. Não foi incluída aí a Secretaria Municipal da Saúde; portanto, para constar, a Secretaria Municipal da Saúde faz parte do nosso espaço parceiro aí no penúltimo parágrafo da nossa Exposição. Um abraço, obrigado.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0542/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/16, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que altera os limites das Subunidades 02, 10 e 12 da Unidade

de Estruturação Urbana (UEU) 04 da Macrozona (MZ) 10, altera a destinação da Subunidade 10 da UEU 04 da MZ 10 para Área de Proteção do Ambiente Natural (APAN), cria Subunidades 13 e 14 na UEU 04 da MZ 10 e dá outras providências.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 09-06-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 043/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente quero registrar que a bancada do Partido dos Trabalhadores não se manifestou, mas aprova com louvor o tema da Lomba do Pinheiro, da horta comunitária. A não manifestação não foi por não dar valor, mas para garantir a celeridade e a aprovação. Parabéns aos militantes da Lomba do Pinheiro e da horta comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 220/14. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero dizer que não me oponho a que nós retiremos o projeto da pauta para discussão. Agora eu quero chamar a atenção de V. Exas. para esta questão da Cidade, que eu acho fundamental, que se chama mobiliário urbano. Depois vou requerer cópias da Taquígrafia e vou encaminhar ao Prefeito, porque essa é uma questão da qual eu venho falando aqui há dois governos. O que é o mobiliário urbano? O mobiliário urbano são as paradas de ônibus, as paradas de táxi, os banheiros de rua, que Porto Alegre não tem, os MUIPIs, as placas de esquina, os toponímicos, as bancas de jornais, de revistas, de frutas, de flores e de chaveiros. O Ver. Adeli, assim como eu, foi Secretário da SMIC, que cuida de uma parte disso; outras Secretarias, de outras partes. Quando este Governo iniciou – eu ainda me lembro, estava na presidência do PMDB –, Ver. Kevin Krieger, eu fiz uma sugestão aos meus colegas Vereadores, que foi acatada e acolhida: que nós fizéssemos uma reivindicação para que a Secretaria de Urbanismo ficasse responsável pela elaboração da licitação do mobiliário urbano. O Secretário Cristiano foi convidado, assumiu, ficou lá por um ano e pouco, dois anos; depois, eu o sucedi. Nesse ínterim, esse assunto foi retirado da

Secretaria de Urbanismo e voltou para o gabinete do Prefeito. Já se vão oito anos, e a Cidade não consegue avançar na questão do mobiliário urbano.

Agora, me parece que está saindo uma nova licitação, porque as outras deram desertas; mas eu rogo ao Prefeito que cancele essa licitação, porque nós temos que tratar isso de forma unitária. Porto Alegre tem 5,7 mil paradas de ônibus – só para falar sobre as paradas de ônibus. Vamos licitar só as paradas de ônibus, mas para isso tudo tem que ter uma sustentabilidade. Um equipamento, às vezes, não tem pagamento, acaba financiando outro, Ver. Villela. Tiraram a questão das plaquinhas de esquina, porque disseram que alguém não gosta disso. Mas as plaquinhas de esquina não se prestam a grandes patrocinadores. As plaquinhas de esquina, além de sinalizarem a Cidade, mostrando onde são as ruas, servem para publicidade e propaganda, às vezes, daquele pequeno comércio que está ali naquela quadra, ou de uma creche, de uma escolinha, de uma floricultura, de uma fruticultura, enfim, de um pequeno mercado, de um pequeno comércio. Por que tirar as plaquinhas de esquina? Que não vão atrapalhar em nada e que vão viabilizar a pequena propaganda de um pequeno comércio que está ali naquele bairro e que não tem condições de pagar um *outdoor*, um *frontlight*, uma banca de revistas. Isso tudo tem que ser trabalhado unitariamente, meus caros colegas Vereadores. É uma coisa importantíssima para a Cidade. O mobiliário urbano é um negócio que dá funcionalidade. Bancas de flores bonitas, espalhadas em lugares bonitos da Cidade... Estamos saindo do trabalho e passamos ali para levar flores para casa. Às vezes, quando estamos meio atrapalhados com a patroa, já resolve, Ver. Delegado Cleiton, entende? Então são coisas... As bancas de chaveiros cumprem funções, todas elas importantes. Banheiros de rua! Por que não tem banheiros de rua? Em vários lugares do mundo, quando nós vamos, botamos uma moedinha e usamos o banheiro. As paradas de táxi! Por que não pode ter uma parada de táxi com um banheiro que sirva aos taxistas e ao cidadão que está passando? Que ponha uma moeda também e que use. Por que na parada de táxi não pode ter uma cozinha pequena com um micro-ondas e um frigobar que sirva aos taxistas? Isso é mobiliário urbano, se paga com uma publicidade, com uma propaganda! Essas coisas do mobiliário têm que ser tratadas unitariamente. É óbvio que não tem mercado para tudo, então tem que se encaminhar uma espécie de cidade limpa, vai ter que se tirar algumas famílias de publicidade que estão por aí, e vai ter que se permitir outras. Mas, para que isso aconteça, não pode ser agora no apagar das luzes deste Governo. Eu sou deste Governo, tenho sido base dele, fui Secretário por duas vezes, mas acho que tem que esperar o próximo Governo começar. Nós não vamos fazer um contrato agora para só uma família por 25 anos, quando isso tem que ser tratado de forma unitária. Mais uma vez, eu rogo ao Prefeito que segure, que não leve adiante, porque agora não vai fazer diferença. Essa licitação será mais um remendo. E nós estamos tratando essas coisas como, infelizmente, estão sendo tratadas as ruas da Cidade: aos remendos. Nós temos que tratar de forma unitária. Temos que definir uma política de manutenção, quando falei remendo das ruas, é um plano diretor para a Cidade e um plano diretor de espaços públicos. Acho que tem que ser tarefa para um próximo Governo. Inclusive estou colocando isso como compromisso de mandato. Eu estou sinalizando para frente. A mesma coisa, Ver. Kevin Krieger, nosso Líder, é a

questão do mobiliário urbano, que é sério por demais, é fundamental. Onde a pessoa cola um cartaz hoje? Ela cola em um viaduto. Em qualquer cidade do mundo tem um espaço para colocar os cartazes. Isso tem que estar no mobiliário urbano. Todas essas questões têm que estar juntas. Não dá para fazer uma licitação agora para vir ganhar uma grande empresa internacional e que vai ser mais um arremedo. Então estamos tirando o projeto do Ver. Reginaldo Pujol, que só acontece porque ele está legislando em um vácuo que nós mesmos estamos deixando por uma necessidade que se há de legislar nisso e de resolver essa questão. Então cumprimentos ao Vereador. Mas espero que o Governo tenha atitude e a sabedoria de olhar para essa questão e saber que ela é importante e tomar as medidas que precisam ser tomadas, porque essas são peças que embelezam também a cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Vereadores, a nossa preocupação é apresentar para Porto Alegre, o quanto antes, uma legislação que tenha a aprovação da Câmara. A discussão que foi feita aqui, talvez para alguns no afogadilho, não é uma discussão de afogadilho. É que aqui a gente verifica, com antecedência, qual o projeto que tem condições de ser aprovado, e qual o projeto tem a possibilidade de ser vitimado. Então, se não há um acordo entre os principais Vereadores que estão envolvidos com o tema, sejam da situação ou da oposição, o projeto vai ser fulminado. Será que Porto Alegre não precisa ter um novo projeto? Na minha opinião, sim. Não pode permanecer como está. Só que nós não podemos ser culpados, aqui, de postergar essa discussão, porque as iniciativas não cabem apenas ao Poder Legislativo. Aqui nós temos que cobrar da municipalidade que há quanto tempo não debate, não traz, não discute o tema do mobiliário urbano em seu todo. Há tempos atrás os Vereadores Valter, o Ferronato e eu, fomos visitar a cidade de Rosário, na Argentina, trouxemos para cá um debate, faz tempo isso, de como se faz um mobiliário urbano moderno, de como se faz publicidade numa cidade sem deixar a cidade poluída. No entanto, as dificuldades são tremendas. Claro que nós não podemos fazer *tabula rasa*, como alguns lugares fizeram, e aí as grandes multinacionais vêm e tomam conta de absolutamente tudo. Nós temos que ter um modelo em que alguém possa fazer uma publicidade localizada, articulada, na Restinga, para as empresas locais, e também nos grande centros, mas com valores diferenciados, condições diferenciadas. Nós estamos vendo que do jeito que está posto o projeto, é melhor, é mais sensato postergar por um curto espaço de tempo, chamando os Vereadores que têm mais cuidado, trato, preocupação com esse tema, ninguém obriga todo mundo ter iguais preocupações com o tema do mobiliário urbano, e da publicidade ao ar livre. Mas nós precisamos, de forma muito sensata, fazer com que, no mínimo, se faça um projeto que não seja uma colcha de retalhos que piore a situação que está, porque a situação que está hoje não é boa, tem

muito descontrole. Mas também sou obrigado aqui a cobrar a forma como a própria Secretaria Municipal do Meio Ambiente trabalha porque, dependendo do agente de fiscalização, ele tem uma opinião; dependendo de quem vai, tem outra opinião, não há uma universalidade a partir da legislação e dos decretos orientadores. Há uma má vontade, em muitos momentos, de analisar os próprios projetos. Para não dizer não, eu sento em cima. Esse é o procedimento que temos que ter numa cidade que deixou a modernidade lá pelos anos 1970 e pouco, ex-Prefeito Villela? Não, não pode. Nós ousamos em algumas coisas, já disse várias vezes aqui o que achei importante, sempre lembro a questão dos parques, a questão dos corredores da sua gestão, mas critico algumas coisas que foram feitas antes, durante e depois, porque Porto Alegre tem alguns entraves que parece que amarram o gestor público num processo de disputa eterna sem solução. Isso é verdade que até hoje nós não temos uma ruela, um beco, nada com o nome do maior arquiteto de todos na Cidade de Porto Alegre, Theodor Wiederspahn. Isso é sinal de que nós temos um desdém com algumas coisas do urbanismo. Portanto, nós vamos formar informalmente uma comissão e vamos modificar o que tiver que ser modificado e aprovar uma lei que condiga com aquilo que Porto Alegre precisa imediatamente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, sinalizo que, se o autor do projeto confirmar o encaminhamento, votarei favoravelmente. Ver. Sofia, ouvi o seu comentário quando chegava à tribuna. É verdade. Quero aproveitar e fazer referência à fala do Ver. Valter, V. Exa. foi didático. As informações que V. Exa. trouxe são informações que nós colhemos quando presidimos, Srs. Vereadores, uma Comissão para tratar especificamente da falta de placas de nome de rua. Porto Alegre não tem placa nominando os logradouros! Eu, como Vereador, tenho vergonha. Às vezes, chego a uma esquina e fico me perguntando onde está a placa que sinaliza o nome do logradouro. Não tem! Nós perdemos tempo, meses aqui, coordenando uma comissão que, durante a caminhada, ouviu o tal GT! GT – Grupo de trabalho que a Prefeitura criou. Por falar em GT, eu sou da época em que tinha a Cidade Viva; depois, vieram os GTs; depois, vieram as transversalidades; agora, veio a resiliência. O símbolo da resiliência é a entrada na nossa Cidade, obra que não tem fim; símbolo da resiliência é o espelho d'água, a Ponte de Pedra, que agora cercaram, para o povo não ver.

Eu quero cumprimentá-lo, Ver. Valter, V. Exa. trouxe informações didáticas, e é extremamente verdadeiro que nós não podemos querer que se resolva tudo de uma única vez. Poderia até se dizer: o que é que tem a ver placas de nome de rua com paradas de ônibus, com casinha de chaveiro, com casa de venda de revista? Por favor, desculpem o que eu vou dizer, porque eu já disse: isso tem um nome, isso é um grande negócio internacional que estão querendo trazer para Porto Alegre. É um grande

negócio internacional que querem trazer para Porto Alegre! Se alguém tiver alguma dúvida, me diga que não é verdade, eu até vou ouvir. Vai ser difícil acreditar, mas eu vou ouvir, porque eu tenho que ter consideração com aqueles que querem me dizer, ainda que eu tenha dificuldade de entender. Isso é um grande negócio! Pior ainda: a grande mídia dá uma baita força, porque, quanto menos *outdoor* tiver na Cidade, mais comerciais ela terá. E aqui não está quem defende que se coloque *outdoor* em toda a Cidade, a poluição, não sei o quê, aquele negócio todo. Não, não é isso. Não são os extremos. Não me deem essa pecha, porque ela não é minha, e eu não aceito. Nós precisamos regrar, por isso a minha única emenda ao projeto do Vereador-autor diz que não tem nada que pegar autorização do Epahc para botar uma placa. Tem que pegar autorização depois de licenciados os locais, é um engenheiro que vai assinar uma ART, não é o cara lá do Epahc. Aliás, eu até tenho dificuldade de aceitar o tal de Epahc. O tal do Epahc é que nem este Vereador, enxerga só de um olho, só para um lado! O Epahc é um trator de esteira na Rua da Praia! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, uma das Lideranças do meu partido, o PTB, Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; demais amigos que nos assistem, pensei que não fosse verdade que tivesse alguém contra esse processo. Estava para ser votado, depois veio para ser votado novamente e eu achei estranho: alguma coisa deve existir de ruim em tudo isso e o Bernardino começa a nos indicar o que pode ser. Não é possível que não se queira fazer informação na era da informação; não é possível que se queira prescindir da informação na época do conhecimento, na época da tecnologia nos dando informação a todo o momento. Se as ambulâncias vão, durante a madrugada, procurar atendimento de paciente, não encontram com facilidade as ruas; não encontram os números, que são piores ainda, porque muitas casas têm dois, três números – um do DMAE, outro da CEEE, outro da Prefeitura. Isso tudo precisa, numa Cidade que quer ser resiliente e que quer ser grande, ser corrigido. Interessa-me muito o que está acontecendo – e vocês todos sabem da minha história, que eu tenho uma grande comunicação e um grande interesse pela cultura do carnaval. Até bem pouco tempo, as escolas que gastam muito para nos apresentar aquelas maravilhas na avenida, beneficiavam-se com placas em lugares próprios, que os técnicos indicavam, para ajudar nos seus gastos com carnaval. Os síndicos de determinados edifícios melhoravam a estrutura dos edifícios com determinadas propagandas, e por aí afora temos várias pessoas que se beneficiam disso. Isso é importante, mas o mais importante é informar, é ter propaganda informativa, é ter informação de onde as coisas estão acontecendo, de onde as pessoas moram, quais são as ruas desta Cidade. Então eu acho que não deveria, vamos votar contra esse desencaminhamento, nesse momento que foi proposto. Quem propôs foi o Ver. Pujol,

atento com as coisas da Cidade, como nos mostrou nas suas exposições e como mostrou o nosso querido Valter Nagelstein, didaticamente, o problema. Eu imagino que a gente tenha que suspender, votar esse desencaminhamento, para resolvermos esse problema agora, uma vez que já foi *ad nauseam* estudado isso. Se, por acaso, tiver problemas, que se apresente aqui agora, e aí nós vamos corrigir; se não tiver problemas, vamos tocar para frente esse projeto que nos interessa sobremaneira. Obrigado, Pujol, pelas explicações.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, agradeço aqui pela cedência de tempo da Ver.^a Jussara Cony, nossa Líder de oposição, para trazer aqui o nosso encaminhamento quanto ao projeto do Ver. Reginaldo Pujol. O autor está sugerindo a sua retirada, e aqui nós fazemos uma ressalva, que entendemos que essa retirada é para construir um diálogo na cidade de Porto Alegre e apresentar uma solução para o problema, a qual a oposição – a Ver.^a Jussara Cony já me autorizou – está disponível para sentar junto e construir uma saída para a cidade de Porto Alegre. Mas eu quero dizer que esse tema não é novo na Casa, que, em 2010, aqui na CUTHAB, nós realizamos mais de dez audiências públicas para discutir os termos de um edital, que está por sair, para tratar do mobiliário urbano, entre eles o tema dos audiovisuais também. Aí eu fico impressionado, isso aqui parece a Escolinha do Professor Raimundo: “Veio aqui didaticamente falar”. Olha, eu quero dizer que aqui tem que ter responsabilidade política, e este Governo está pecando com a responsabilidade política, até porque esse tema do mobiliário urbano e dos audiovisuais, há dez anos está em debate aqui nesta Casa. E o Ver. Valter, que até poucos dias foi Secretário do Urbanismo – urbanismo! Nós estamos tratando aqui do tema urbanismo! –, o principal Secretário do PMDB, que foi presidente municipal da sua sigla, vem aqui criticar o seu Governo! Isso não pode! É uma casa política, temos que acertar o tom. Vocês não trabalharam esse tema, são responsáveis por não terem resolvido isso. E quero dizer mais aqui, para que o Ministério Público e o Tribunal de Contas leiam essa fala. A licitação está por sair, a licitação vai excluir todas as empresas pequenas e médias de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. E me arrisco a dizer que quem vai ganhar essa licitação vai ser a JCDecaux. Anotem aí, Ministério Público, se isso não vai acontecer! Porque essa licitação que vai sair está dirigida, esse é o debate que precisamos fazer aqui nesta Casa. Sobre temas como esse não dá para vir aqui num período pré-eleitoral e fazer discurso fácil. Por que não foi feito? Faz dez anos que o mobiliário urbano está em debate, e toda vez que um Vereador traz o tema...

Nós aprovamos, em 2013, um projeto que eu fiz que tratava da identificação dos grandes empreendimentos, para que já nascesse junto com o projeto a identificação.

Aprovamos o projeto aqui e o Governo, por orientação da Secretaria de Urbanismo, onde estava o Valter, vetou o projeto. Então continuou o mesmo problema para todos os empreendedores da Cidade. É isso o que nós precisamos debater. Todos nós temos que nos respeitar, agora, ter a discordância, Ver. Cecchim, faz parte. Eu fico entendendo agora porque o pré-candidato, meu amigo Sebastião Melo, não decola, não sai de 6%, e a sua base tem seis ou sete candidatos. Se o principal, o Líder, o Presidente do partido, que foi responsável pela pasta até poucos dias, vem aqui fazer crítica ao Governo sobre o tema do mobiliário urbano e sobre o urbanismo, nós queremos debater isso aqui. Qual é a solução? Se o Governo não tem solução, eu venho aqui, em nome da oposição, para dizer que a oposição tem propostas. Queremos apresentá-las para dialogar junto com o Governo, porque esse é um tema que não é de oposição ou de situação, é um tema para ser construído conjuntamente. E nós discutimos aqui, eu e mais alguns Vereadores, em mais de dez reuniões na CUTHAB, os termos dessa licitação que está por sair, acordamos, e nunca mais o Governo veio aqui. Então, Ministério Público e Tribunal...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ENGº COMASSETTO: ...Eu sou, sim, Engenheiro Agrônomo, Ver. Valter, com muito razão e com muito respeito. Quero dizer que respeito as categorias, estudei o tema planejamento de território, inclusive de território urbano. O mobiliário urbano de Porto Alegre é um fiasco, não tem placas nas ruas, os bancos são todos diferentes. Vão a um banheiro público da cidade de Porto Alegre! Eu não me arrisco a dizer a nenhum visitante para ir a um banheiro público da cidade de Porto Alegre porque é um fiasco. E isso faz parte do mobiliário urbano, entre outros temas; portanto, nós estamos à disposição para ajudar a construir uma solução e, neste caso, apoiamos a retirada do projeto que V. Exa. encaminhou. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, o agrônomo Comassetto, mais uma vez, se dirige nominalmente a mim, fazendo uma série de acusações. Só quero esclarecer a esta Câmara e a todos que nos assistem, que fui, com muito orgulho, Secretário de Urbanismo. O tema do mobiliário urbano não estava afeto a minha Secretaria, está afeto a outra área, ligada ao Gabinete do Prefeito. Eu tenho cobrado, sim, há dois mandatos, exatamente isso que ele falou. Tenho cobrado aquilo que falei nesta tribuna e que está registrado nos Anais desta Casa, que tenhamos mobiliário urbano na Cidade, cumprindo todas as funções que precisa cumprir. Lamento mais uma vez que ele distorça os fatos como sempre faz, mas compreendo que muitas vezes ele não conhece porque nunca foi Secretário do Município. Muito obrigado.

O SR. ENG° COMASSETTO: Sr. Presidente, quero aqui recolocar que o debate é sobre um tema da gestão política da Cidade. Tenho o maior respeito pela pessoa do Ver. Valter, pelo seu mandato, mas, se V. Exa. assim recebeu como alguma forma de desrespeito, quero retirar qualquer possibilidade, porque não existe. Nós temos uma discordância sobre a condução política. Faço este debate com o senhor e quero continuar fazendo respeitosamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quanto ao tema mobiliário urbano, faz 27 anos, um pouquinho menos, que apresentei uma proposta e foi aprovada. E sem essa burocracia, sem essa necessidade de licitação, e, num parêntese, um monte de Municípios copiou, funciona superbem; e, aqui em Porto Alegre – concordo – é um fiasco generalizado! Não se tem sinalização adequada para esta Cidade. E a proposta à lei dizia, e ainda diz, que, em qualquer esquina, na esquina de qualquer quarteirão, o pequeno, o micro, o médio, o megaempresário pode colocar ali o nome da rua. E se colocar o nome da rua, pode, logo abaixo, colocar o nome do seu estabelecimento: Minimercado Ferronato, por exemplo. Eu não posso compreender como isso prejudicaria tanto assim o aspecto visual de uma Cidade. Se uma placa de 15 centímetros é necessária hoje para o nome da rua, poderia se aumentar para 18 ou 20 centímetros e colocaria o nome de quem patrocinou essa placa. Com isso, nós estaríamos viabilizando a oportunidade para os microempresários. Aqui está se falando que megaempresários se encarreguem, talvez até megaempresários multinacionais, e coloquem uma placa e um relógio, mas será que é preciso uma megaempresa para colocar uma placa de nome de rua na Cidade? Bastava apenas regulamentar a lei, dizer o tamanho da placa, a cor, o tamanho da letra, a cor da letra. Volto a repetir, pequeníssima proposta, muito simples, que desburocratizaria todo o sistema, custaria ao microempresário em torno de R\$ 70,00 a R\$ 110,00, seria uma publicidade do seu microestabelecimento sem basicamente custos. Agora, nós vamos licitar e vai sobrar isso apenas para megaempreendedores. E não há país no mundo que se desenvolva sem uma política séria, certa, justa, célere, rápida de incentivo à micro e pequena empresa! Por que não podemos botar em prática um projeto desses, uma proposta dessas, que garantiria espaço de publicidade também e principalmente aos pequenos?

Portanto, eu quero aqui registrar que bastava apenas um decreto para regulamentar isso, e lá se vão quase 30 anos! E nem o bodegueiro da minha esquina sabe disso. Com todo carinho, eu quero dizer que o microempresário não sabe porque não se publica, porque a lei não pega, porque é preciso reservar espaço aos grandes, para os mega, e não se olha, nesta Cidade e neste País, para o micro e pequeno negócio!

Eu tenho dito, ouvi esses dias e escrevi em uma obra que tenho por aí: se eu quero colocar uma empresa de pintura e dizer que a sede da empresa é os fundos da

minha casa, não posso, porque é área comercial, é área residencial, é área não sei de quê. Vamos facilitar os pequenos negócios, porque, com os grandes, nós sabemos muito bem o que está acontecendo neste País. Portanto, é preciso valorizar o micro e o pequeno empreendedor e empreendedora. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença do Presidente Estadual do PTB, Deputado Carlos Busato. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro eu quero elogiar o Ver. Reginaldo Pujol pela sensatez que teve de pedir a prorrogação desse projeto. Ver. Reginaldo Pujol, tenho certeza que V. Exa., quando faz os projetos aqui nesta Casa, tem convicção de que são projetos sérios, e a sua atitude de voltar para que seja mais discutido o projeto mostra a sua sensibilidade e a sua clareza de que precisamos discutir mais. Esse é um projeto importante para a Cidade – muito importante! Nós temos que analisar o projeto e não saber se... Ver. Engº Comassetto, até para fazer justiça aqui, o Ver. Valter Nagelstein já explicou que não está mais com a SMURB o projeto do mobiliário urbano, está no gabinete do Prefeito. E esse projeto, votado como está, não traz nenhuma renda para o Município e muita pouca contrapartida, ou quase nada. Esse, que o Ver. Reginaldo Pujol está retirando, não traz nada de contrapartida para o Município. Depois, no mobiliário urbano, conforme vai se fazendo paradas de ônibus, toponímicos, é outra coisa. Esse projeto específico, não! Esse, que nós estamos discutindo, é para liberar *outdoor*, tabuletas, o nome que se dê, tudo! É para liberar para a casa da mãe Joana. Não é essa a intenção do Ver. Reginaldo Pujol. Eu sei disso, mas nós temos a responsabilidade aqui de frear, de discutir esse assunto. Ninguém é contra aqui, ninguém quer acabar com nenhuma empresa de publicidade. Ao contrário, nós queremos que essas empresas fiquem fortes e que tenham condições de participar de toda licitação de mobiliário urbano. Participar da licitação! Não é ganhar de presente nada! Acho que nem as empresas querem isso, Ver. Pujol. Mas do jeito que está, é para inviabilizar a licitação do mobiliário urbano. Isso inviabiliza, pelo menos, o começo. O mobiliário urbano, se fizer todo num lote só, aí sim, inviabiliza as empresas, as nossas empresas. E ninguém quer isso, que seja feita fatiada essa licitação para que as empresas de Porto Alegre – as gaúchas, mas principalmente as de Porto Alegre, que sempre tiveram isso – tenham condições de disputar de igual para igual esse assunto do mobiliário urbano. Por isso, temos que ter mais cuidado com esse projeto aqui.

Eu acho que V. Exa., Ver. Pujol, tem razão, temos que discuti-lo mais, não dá para votá-lo agora, não, e não dá para medir força nesse assunto aqui, porque ele interessa a todos, independente de bancada. Eu e o Ver. Valter temos opiniões diferentes, por exemplo. Então, não é governo contra governo, bancada contra bancada,

este é um assunto da Cidade, o qual temos que discutir com muita clareza. A discussão é simplesmente para isso: discutir como um todo. Nós temos que discutir a floresta, chega de emendas, de remendos nesse mobiliário, nem das bancas de revistas, dos *outdoors*, das empenas cegas, todos, têm que fazer um tratado para que se faça uma coisa séria, para sempre, e não a cada ano aparecer uma lei, uma emenda, alguma coisa facilitando ou restringindo. Acho que está na hora de fazermos isso. A postergação da matéria que o Ver. Pujol está pedindo é muito sensata e coerente com a trajetória dele. Acho que temos que rediscutir isso para o bem da cidade de Porto Alegre. Vossa Excelência, que é um dos nossos decanos, merece todos os nossos aplausos para que se transfira essa discussão.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, só para esclarecer, de novo, que não tenho discordância nenhuma, o Ver. Cecchim achou que nós discordávamos. Não discordamos, concordamos, eu até acho que tem que ser licitações de famílias diferentes, mas o tema tem que ser tratado como um todo. Era isso.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Muito bem, Vereador, muito obrigado. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos mais discutindo o projeto do que a sua retirada, acho que estamos perdendo uma chance de votar o projeto. Quando a gente viaja – eu tenho viajado bastante a São Paulo e a Brasília, pela minha atividade sindical –, vê as paradas de ônibus, bancas de revistas e pontos de táxi, tudo que foi dito aqui pelos Pares, e obtemos informações nesses lugares. Esse projeto avança um pouco mais, tem as emendas dos Vereadores, e agora se fala que haverá um edital, pelo jeito, internacional, disponibilizando o mobiliário urbano da cidade de Porto Alegre, que não existe. A gente vê um ou outro *outdoor* na cidade de Porto Alegre e a Prefeitura construindo os abrigos e as paradas de ônibus. Tem um projeto, aprovado nesta Casa, que determina que, nos finais e início de linha de ônibus, tem que ter banheiros, sala de descanso para os motoristas e cobradores, e banheiros para acesso à população, que até agora não foram implementados. Também há o exemplo que foi dado aqui dos pontos de táxi e uma série de coisas. Mas o que se vê é a Prefeitura de Porto Alegre gastando dinheiro para construir as paradas de ônibus, principalmente no Centro de Porto Alegre, e, nos bairros da Cidade, quando muito vemos um telhadinho de zinco para as pessoas se abrigarem. Então eu acho que a retirada desse projeto vai nos permitir discutirmos bem essa questão, principalmente se vai ter esse edital e a forma como se dará a concessão, não somente onde colocar os *outdoors*, mas a forma que vai se dar. Porque não é somente

pegar o filé. Geralmente, na concessão, Ver. Tarciso, quando a gente vê, pegam o filé. Isso a gente vê nos pedágios, Bernardino. Os caras pegam o filé e o restante das rodovias ficam ao deus-dará. Se vai haver concessão, se vai haver licitação, não é só pegar as paradas de ônibus do Centro e das grandes avenidas. Nós vamos ver como é que vão ficar as paradas de ônibus nas vilas de Porto Alegre; queremos ver se vão entrar nas vilas de Porto Alegre, onde as pessoas ficam na chuva, que querem banco para sentar, que querem a informação que vai ter no Centro – de fluxo de ônibus, como é que está, se tem engarrafamento, o tempo de espera, uma série de coisas. Então, acho boa a retirada desse projeto, já que o autor do projeto encaminha no sentido de que ele seja retirado da Ordem do Dia, para que nós possamos discutir, já que está sendo dito que vai haver uma licitação internacional, e sabemos que nessas licitações internacionais entram os grandes tubarões, as grandes empresas, que no início oferecem mundos e fundos. Entraram com um serviço maravilhoso, com uma proposta de serviço maravilhosa – isso se pode verificar em várias licitações em vários setores e segmentos – e, depois, passaram-se décadas para o serviço começar a tentar funcionar. Isso ocorreu em vários setores e segmentos. Então, eu acho que o adiamento da votação desse projeto vai permitir que todos os Pares, que todos os membros desta Casa se apropriem dessa discussão e, principalmente, comecem discutir a fundo essa questão, não somente com relação a prédios e terrenos ociosos em Porto Alegre, mas principalmente no que diz respeito às paradas de ônibus, à questão de levar a informação para o restante da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Cláudio Janta, ao final, foi muito claro quando disse que nós estamos adiando a definição desse projeto e não abrindo mão do projeto. Por que estamos concordando em adiar? Porque nós temos a mais absoluta convicção de que na medida em que as pessoas vão conhecendo a profundidade do projeto e as suas reais propostas, acabam se transformando em solidárias ao projeto. Eu observo que, inclusive, no mais dos casos, Ver. Tarciso, quando vejo alguma manifestação de contrariedade, essa se dirige a alguma das emendas que o projeto propiciou. O projeto já recebeu cinco emendas, boas emendas, cuja materialidade pode ser até objeto de discussão. Mas quero esclarecer a todos que esse projeto não tem, Ver. Alex, Líder do PSOL, e Ver.^a Fernanda, objetivamente, no seu nascedouro, alternativa e outra eficácia senão valorizar a legislação já existente e transformá-la em exequível, não subordiná-la a decretos oriundos do Executivo porque a matéria aqui ou acolá não esteja bem regulada. Quem olhar na profundidade, vai observar que a nossa proposta se dirige a uma lei que foi amplamente discutida na Legislatura de 2005 a 2008, quando nós, inclusive, não éramos Vereadores, e, após ampla discussão, resultou numa lei que foi

consagrada pelo então Prefeito Raul Pont, já em 1999; posteriormente, verificou-se que sua execução tinha alguns flancos que entenderam possível resolver através de edição de decretos, que acabaram extrapolando da sua possibilidade e efetivamente legislando de forma a suplantar, sob o ponto de vista de grupos técnicos do Município, as dificuldades que eram apresentadas no cotidiano. Cheguei nesta Casa, aqui nesta Legislatura, e recebi, vindo lá do Paço Municipal, mais precisamente do gabinete do Vice-Prefeito, interessados que pediam que nós legislássemos para salvaguardar seus interesses que estavam sendo duramente prejudicados, e os maiores prejudicados eram os síndicos de edifícios, os diretores dos Centros de Tradição Gaúcha, das escolas de samba, que, por longos anos, tinham, Ver. Tarciso, a sua sustentação econômica com retribuições que davam para a utilização das suas áreas para expedição de publicidade, quer seja com a colocação de tabuletas, quer seja nas paredes, nas empenas cegas que eram utilizadas. Então, Ver. Cecchim, eu fiz uma proposta com a maior clareza e me disponho a defendê-la integralmente pela correção com a qual ela foi colocada. Mas, essa minha disposição não impedirá, em nenhum momento, que alguém possa me convencer do contrário, que estou equivocado. É que até agora, isso eu quero afirmar nesta Casa, da forma mais clara possível, o que foi levantado em contrariedade a essa proposta, ou são situações pontuais entre alguns dos protagonistas; ou, o que é pior, manifestações de grupos técnicos que entendem que um decreto tem mais força, mais vigor do que uma lei aprovada por esta Casa.

Então, em última instância, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero defender a prerrogativa de que, ao menos, no Município de Porto Alegre, a competência do legislador para edificar as leis que possam ser depois aplicadas, efetivamente, Ver. Bernardino Vendruscolo, seja respeitada. E quero dizer com clareza, no meu entendimento, honesto: não está sendo o caso concreto em Porto Alegre. Os decretos, praticamente, pretendem substituir leis como essa que foi aprovada aqui na Casa. Se essa lei abriu espaços, tem buracos, precisa ser complementada, que seja aqui dentro desta Casa, através do projeto que eu propus, ou de outro projeto, ou até mesmo de um substitutivo que a Casa venha a construir. Mas não se desfigure, não se desmoralize, não se desmonte um processo legislativo legítimo. Ou nós vamos, Ver. Goulart, pugnar pelos efeitos das leis que nós aqui produzimos, ou não vamos mais fazer leis. Para que fazer leis, se, depois, um decreto do Executivo, substitui nos seus efeitos a lei por nós construída. Concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: não estou desistindo dessa luta, muito antes pelo contrário. Quero agradecer ao Ver. Adeli, quero agradecer à Ver.^a Sofia, que convenceram o nosso Líder, o Líder do Governo, que parece que eu ainda pertença, como sou Vice-Líder, a verdade é que toma deposições, que eu sou surpreendido, quando elas chegam até aqui. Quero agradecer todos eles, porque a oportunidade que eles estão ensejando para mim é excepcional, Ver. Cecchim. Eu duvido que quem lê claramente aquilo que já tem dentro desse projeto não tenha uma opinião igual àquela que eu estou colocando. O caminho para a correção de eventuais defeitos da legislação hoje vigente é este Parlamento e não os órgãos técnicos no descalabro da burocracia da Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, conforme eu havia me manifestado na tribuna, em tempo de Liderança de oposição, e, aqui, em diálogo com o Ver. Airto Ferronato e com o Líder do Governo, o Ver. Kevin Krieger, nós estamos, então, fazendo um requerimento a V. Exa. do comparecimento do Diretor do DMAE, aqui, para esclarecimentos sobre o cheiro e o sabor da água que está causando inquietude nos moradores de diversos bairros da nossa Capital. E já informamos, Presidente, que construímos, com a intermediação do Ver. Airto e do Ver. Kevin, a presença dele na próxima quarta-feira para podermos fazer, aqui, um bom diálogo e tirarmos dúvidas, quiçá, ajudarmos o Governo a resolver esse problema seriíssimo da nossa Capital.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Eu queria dizer que nós vamos nos somar à iniciativa, nós, do PSOL. Eu e o Ver. Prof. Alex Fraga já tínhamos feito um requerimento, também, para convocação do Secretário. Então, vou protocolar, endossamos, porque, para nós, é importante que esta Câmara ouça o Diretor do DMAE diante desta crise que há em vários bairros da Cidade, sobretudo, nas regiões centrais, de uma água que sai intragável e que nós não vemos nenhuma explicação técnica e nem resolução de um problema tão grave que afeta a população e o seu direito, inclusive com riscos à saúde pública. Entrego também a V. Exa., acho que o nosso assessor já tinha entregue no Protocolo, mas, de qualquer maneira, o importante é que a Câmara faça.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Recebidos os requerimentos com a mesma finalidade e será dado o devido procedimento. Esclareço que houve um acordo com a Liderança do Governo para que o Diretor venha à Câmara, num período de Comparecimento, com data marcada e tudo mais.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, está confirmada a presença dele na quarta-feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Então, já está devidamente combinado com a Liderança do Governo, com o Ver. Airto Ferronato, e temos a confirmação do comparecimento, na próxima quarta-feira, do Diretor do DMAE, o Sr. Antônio Elisandro.

Em votação o Requerimento, de autoria desta Presidência, solicitando alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente,

passar à votação dos Requerimentos nºs 061/16 e 062/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 061/16 – (Proc. nº 1372/16 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 13 de junho destinado a assinalar o transcurso dos 86 anos da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 061/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 062/16 – (Proc. nº 1399/16 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 27 de junho destinado a homenagear a Sr^a Flávia Santini Volkmer, primeira Técnica de Nutrição e Dietética registrada no Conselho Regional de Nutricionistas da 2^a Região.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 062/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1596/14 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/14, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o § 2º do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, alterada pela Lei Complementar nº 710, de 18 de fevereiro de 2013, incluindo a construção, a reforma e a manutenção de estruturas físicas para a prática de esporte com bicicleta no rol em que deverá ser aplicado, no mínimo, 20% (vinte por cento) do montante arrecadado com multas de trânsito.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Waldir Canal: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alberto Kopittke: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Kevin Krieger: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-04-16;
- adiada a discussão por duas Sessões em 18-05-16;
- adiada a discussão por uma Sessão em 06-06-16.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCL nº 017/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/14, como autor.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. Quero aqui ilustrar a minha fala sobre o projeto com algumas imagens que tratam desse espaço importante da Cidade, conhecido como velódromo, que fica dentro do Parque Marinha do Brasil, exatamente no cruzamento da Av. Edvaldo Pereira Paiva com a Av. Ipiranga, apelidado de velódromo, mas que, na verdade, não é oficialmente um velódromo. Eu quero lembrar que um velódromo é feito em formato oval. Essa é a imagem de um velódromo, uma pista oval de ciclismo, que, por ser oval, as curvas são uma parede praticamente. É muito interessante pedalar num velódromo. Com esse formato, ele simula uma reta, é praticamente como se o ciclista estivesse sempre andando em linha reta.

Nós fizemos um projeto aqui, e algumas imagens ilustram – esse é o velódromo da USP em São Paulo –, Porto Alegre foi a primeira cidade do Brasil a ter velódromo. Estou falando dos anos 1890, com a chamada União Velocipédica, uma das equipes. Eram duas grandes equipes em Porto Alegre, e existiam dois velódromos na Cidade. Aqui é uma imagem de cento e tantos anos, e vocês podem perceber a festividade, que o velódromo servia para a competição de alto rendimento, mas também era um lugar de encontros de pessoas. Percebe-se que ali há famílias, mulheres pedalando. Então realmente a bicicleta já foi muito mais valorizada. Porto Alegre tinha dois velódromos na Redenção, tinha até uma cancha de touros em Porto Alegre. O primeiro velódromo do Brasil foi construído em Porto Alegre. Quero só lembrar esse passado glorioso para a bicicleta em Porto Alegre. Hoje o nosso velódromo é chamado de velódromo, mas é uma espécie de pista no Parque Marinha – é nessas condições que

estão sendo mostradas nas fotos. Nós estamos propondo, então, uma emenda ao Plano Diretor Ciclovitário, o Plano Diretor que nós debatemos exaustivamente há dois anos, aquela mudança dos 20% das multas, se todos estão lembrados. Quando se fez o Plano Diretor Ciclovitário da Cidade, se destinou 20% das multas de trânsito para a construção de ciclovias e campanhas educativas. A Câmara, infelizmente, entendeu que necessitaria retirar essa vinculação; e, hoje, essa vinculação está no Orçamento, portanto, não está vinculado a nada, Ver. Prof. Alex, porque sabemos que o Orçamento é, muitas vezes, uma peça de ficção. Mas, de qualquer forma, as duas finalidades principais previstas no Plano Diretor Ciclovitário são justamente: campanha educativa – não vejo na Cidade nenhuma campanha ligada à questão da mobilidade por bicicleta, nós já sugerimos várias vezes ao Secretário de Transportes um adesivo de 1,5 metro e outras formas criativas e interessantes de fazer campanhas educativas, mas, infelizmente, não foram acolhidas – e destinação para ciclovias.

O recurso prevê essas duas finalidades principais. Nós estamos aqui propondo que, além dessas duas finalidades, sejam abertas outras possibilidades de aplicação desses recursos, sendo uma delas a manutenção e a construção de estruturas ligadas ao uso da bicicleta como meio esportivo, meio de lazer. Nós estamos chamando essa nossa emenda de “emenda do velódromo”, porque poderia ser daí uma vinculação para reformarmos o espaço que tem no Parque Marinha do Brasil, tornando-o definitivamente uma pista de competição como Porto Alegre merece. Nós temos uma pista, que não é oficial, em Rio Grande, aqui no Rio Grande do Sul – é a única que tem no Estado –, temos em Curitiba, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro; temos em vários lugares do País, mas não temos em Porto Alegre.

A modalidade do ciclismo esportivo tem crescido muito nos últimos anos. Temos equipes de ciclismo, tanto no Interior do Estado como aqui em Porto Alegre, também tem o pessoal que pedala à noite, o pessoal que se encontra no final de semana, etc. Então a prática do uso da bicicleta tem crescido muito, e eu acho que nós temos a possibilidade de dar uma sinalização para a Cidade no sentido de que queremos, sim, incentivar ainda mais a bicicleta em todas as suas dimensões, não só nas modalidades de lazer e de mobilidade, mas também da prática esportiva. Então é essa a contribuição que queremos fazer para a Cidade, aprovando aqui nada mais, nada menos do que a ampliação das possibilidades e o investimento dos recursos que estão garantidos nessa lei.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/14.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu vou na direção do meu colega Ver. Sgarbossa para chamar a todos para que aprovemos este projeto. Como disse o Vereador, nós tivemos o primeiro velódromo do Brasil. Nós tínhamos um conjunto de sociedades esportivas já no século

XIX, aqui em Porto Alegre. Não era a única questão que atraía um contingente significativo de pessoas, mas era algo que era forte e pujante, como mostram as fotos recentemente vistas aqui no plenário. Nós tínhamos um apego muito grande pelo espaço público. Hoje, infelizmente, dada a violência e a essa cultura de consumismo de *shopping center*, nós deixamos de ocupar muitos desses espaços. O próprio Parque Marinha do Brasil, que vimos fotos recentes, tem ainda vários espaços esportivos como uma pista de *skate*, que deveria ser replicada em outros espaços. Por exemplo, eu propus que tivéssemos uma pista de *skate* na Av. Brigadeiro Sampaio, onde não incomoda ninguém, tem um grande espaço vazio que comportaria uma pista de *skate* tal qual a do Marinha do Brasil. Nós deveríamos, inclusive, incentivar a prática desse esporte em espaços adequados. Eu vejo, principalmente nos finais de semana, do meu apartamento no Centro da Cidade, a gurizada utilizando o entorno do monumento a Júlio de Castilhos. Um lugar completamente inapropriado, mas “quem não tem cão, caça com gato”! Portanto, é louvável a preocupação do colega nesse sentido. Nós temos que incentivar as pessoas a saírem do seu casulo, sua casa, seu apartamento, estão deixando de ocupar o espaço público, a começar pela calçada. Eu queria que aquele projeto sobre a fiscalização das calçadas, efetivamente, funcionasse. Uma pessoa faz um esforço monumental, faz a calçada, inclusive com piso tátil e o vizinho do lado deixa crescer o matagal no terreno para virar capital. E as pessoas têm uma dificuldade impressionante. Um cidadão me mandou fotos da Rua Dolores Duran que são um verdadeiro absurdo! Uma rua habitada de ponta a ponta, no bairro Agronomia adentrando a Lomba do Pinheiro – a Maristela Maffei que está aqui conhece mais do que todos nós aqui juntos essa realidade. Isto é tremendamente criticável, porque nós precisamos ter espaço para as pessoas caminharem, espaço para bicicletas. Nós temos erros grosseiros na nossa ciclovía em Porto Alegre, poderiam ser facilmente corrigidos, se tivessem sido articulados com as comunidades por onde ela passa e por onde vai passar. Eu espero que haja esse diálogo, porque o grande problema do gestor público é que ele não conversa – quem não conversa, não escuta, quem não escuta, faz bobagem.

Então, eu acho que nós temos um bom momento aqui, como tivemos antes, para discutir os problemas urbanísticos da cidade de Porto Alegre, pena que algumas pessoas não conheçam, mas devem conhecer. Eu discuti há alguns dias com o Ver. Alex, e já convenci o Sgarbossa, que já leu de cabo a rabo *Morte e Vida de Grandes Cidade*, da Jane Jacobs, agora é preciso ler um outro clássico do urbanismo moderno, que é *Cidades para Pessoas*, foi escrito por um sueco, um livro maravilhoso em que ele faz duras críticas, inclusive, a uma cidade brasileira. Já o Marshall Berman fazia uma crítica brutal à formação da cidade de Brasília, que não é uma cidade para as pessoas, é uma cidade para automóveis.

Então, dessa feita, eu me somo à proposição do Ver. Sgarbossa e vou votar favoravelmente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Adeli tem toda a razão: quem não dialoga, quem não conversa, se trumbica, como dizia o apresentador. Nós, aqui em Porto Alegre, temos o velódromo, ali no Largo Clóvis Jacobi, que se chama velódromo Joel Fagundes, projeto deste Vereador que homenageou esse ciclista, arquiteto e grande figura humana. E o Adeli tem razão, esse velódromo, já está acertado com a EPTC, uma empresa de Porto Alegre vai reformá-lo, totalmente à sua custa. Então, não precisa pegar uma verba pública para reformar o velódromo Joel Fagundes. Além disso, o projeto do Vereador teve existência de óbice pela CCJ e pela Procuradoria da Casa, rejeição pela CEFOR, rejeição pela CECE, rejeição pela COSMAM, teve aprovação pela CUTHAB, do Ver. Engº Comassetto, e pela CEDECONDH, do então Ver. Alberto Kopittke. O Vereador já tentou outras vezes trazer na forma de emenda orçamentária, de outras formas e agora sob projeto de lei, que foi rejeitado especialmente pela CCJ, que é a Comissão de Justiça, por ser inconstitucional, porque ele dirige verbas, ele quer 20% das multas, ele está engessando o Executivo, determinando verbas específicas. Ou seja, ele não merece ser aprovado por esta Casa por ser inconstitucional e também porque ele pretende reformar um velódromo que já está acertado com a iniciativa privada para ser reformado. Portanto, recomendo, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pela não aprovação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o que acho aqui que o Vereador está fazendo não é engessando, ao contrário, dando mais possibilidades ao Executivo Municipal, Ver. Marcelo. Eu entendo que está ampliando e não engessando. A vinculação que antes tinha com programas educativos na construção de ciclovias é que engessava: “Olha, só pode isso, ou isso”. O que o Vereador propõe nesta Casa e nos alerta é que não são só as ciclovias que interessam aos ciclistas. Equipamentos para a prática do ciclismo, do ciclismo de competição são bem-vindos, estimulam o esporte, estimulam o conagraçamento, estimulam a reunião em torno de uma prática esportiva. A ideia é simples, altera os recursos que estão vinculados aos investimentos em ciclovias e programas para, também, a possibilidade de construção e manutenção de estruturas físicas para esporte com bicicleta, tais como velódromo, trilha *mountain bike*, pistas de *bicicross*, rotas cicloturísticas e *downhill*. Eu repito isso, porque pode parecer que há um engessamento. Ao contrário. Eu, que gosto de passear pelo Parque Harmonia, passei pelo velódromo esses dias, Ver. Nedel, e, realmente, está com problemas. Está até perigoso para os

ciclistas, eu acredito, com bicicletas especializadas, ou que querem fazer manobras ali, porque está com vãos, com buracos, uma pista que já não está regular. A gente sabe que o problema da manutenção de equipamentos é seriíssimo, nós estamos com o Teatro Renascença com sérios problemas. Ver. Tarciso, eu sei que eu pedi para remarcar, mas nós precisamos visitar o Atelier e o Renascença. Hoje recebi uma mensagem dizendo que estão sem água há dois ou três dias no Teatro Renascença e no Centro Municipal de Cultura, as barras que seguram a iluminação estão oferecendo perigo, está com goteiras o Atelier Livre da Prefeitura. Eu falo aqui que a manutenção dos próprios públicos é onerosa, precisa de recursos. Vejam que bom isto para o Governo: abrir a possibilidade dos recursos que estão previstos para as ciclovias e educação também para a manutenção de equipamentos como o velódromo. Ou para a criação de trilhas. Nós temos morros maravilhosos aqui em Porto Alegre e podemos fazer trilhas para bicicletas.

Parece muito interessante a iniciativa, Ver. Marcelo, e não há o que justifique o Governo votar contra, Ver. Nedel, porque não está obrigando, está abrindo uma possibilidade nova. Vossa Excelência trouxe aqui que conseguiríamos uma parceria para o velódromo, mas daqui a pouco a parceria cai em outra coisa, vai ser um pedaço de ciclovia, e usa o dinheiro para o velódromo. Então, parece-me que dá uma flexibilidade para o Executivo muito interessante. É o contrário, não está engessando, e não vejo razão para o Executivo ser contrário. Facilita, favorece, porque, às vezes, uma situação não sai de um jeito e sai de outro. Toda força, parabéns Ver. Marcelo, a prática da bicicleta está cada vez mais presente e que bom que podemos mandar equipamentos adequados para ela.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/14.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente; prezado Ver. Marcelo Sgarbossa; meus colegas Vereadoras e Vereadores, fico feliz com o apoio recebido do Ver. João Carlos Nedel a este projeto, porque nos últimos dias discutimos vários projetos relacionados a ciclovias, de conseguirmos estacionamentos para ciclovias nas áreas azuis, de destinar parte da arrecadação do parquímetro ou das áreas azuis para construir mais ciclovias para o Plano Diretor Cicloviário. Agora, o Ver. Marcelo apresenta mais uma adequação, um ajuste, uma correção ao Plano Diretor Cicloviário da cidade de Porto Alegre, que é destinar parte dos recursos para outros equipamentos relacionados ao modal, à atividade esportiva e turística da bicicleta. Nesse caso, fazer um resgate histórico da cidade de Porto Alegre, que foi a primeira cidade brasileira a ter um velódromo, e, agora, novamente, fazer com que esse equipamento de utilidade pública venha para motivar e incentivar. Inclusive, Ver. Marcelo, foi construído no Rio de Janeiro um grande velódromo para as Olimpíadas, que será o mais moderno do mundo, que vai atrair centenas de... Não sei se tem algum gaúcho ou algum porto-

alegrense competindo na equipe brasileira. Certamente não tem. Não tem, me diz aqui o Ver. Marcelo. Se nós tivéssemos um velódromo aqui, onde as crianças adquirissem como hábito e cultura o trato com a bicicleta, poderíamos ter atletas nossos aqui competindo nas diversas modalidades olímpicas, esportivas, culturais, educacionais, entre outras.

Eu quero dizer que o que está em discussão aqui é um conceito de cidade, e nós temos dito que Porto Alegre tem limitado a possibilidade de receber novas sugestões, novas propostas, incluir diversos segmentos que propõem para a cidade de Porto Alegre, mas que não encontram espaços. Nós já recebemos aqui, Ver.^a Sofia, os arquitetos, os artistas plásticos, os escultores, que já se propuseram a fazer, gratuitamente, para a Cidade, um desenho de monumentos, ou de obras de artes, para que a Cidade acolhesse, assim várias cidades do mundo têm. E nós fechamos as portas para isso. Nós, que eu digo, é o Poder Público Executivo; nós, aqui, pelo menos os partidos de oposição, têm uma leitura que deve ser acolhido esse segmento da sociedade.

Na parte da economia, hoje, a nova dinâmica se chama economia criativa, que é um novo formato de trabalho. Há toda essa juventude que trabalha de uma forma diferenciada da tradicional. Encontram espaço em Porto Alegre para desenvolver isso? Não, não encontram espaço em Porto Alegre. O que está acontecendo? Inclusive, a juventude de Porto Alegre, quando adquire um conhecimento e quer trabalhar, saí de Porto Alegre, vai para outras capitais ou para a Região Metropolitana desenvolver as suas atividades. Eu costumo dizer aqui, Ver. Marcelo, que os arquitetos e os engenheiros da área que eu trabalho, que querem desenvolver um escritório em Porto Alegre, não conseguem, porque para aprovar um projeto levam três, quatro anos. Pegam a casa de um parente para fazer a regularização e são demitidos da família por incompetência. Por quê? Porque não conseguem aprovar os projetos. Demora dois para aprovar um projeto na Prefeitura. Então, o seu projeto vem nesse espírito de abrir novas possibilidades de inovação para a cidade de Porto Alegre, e nós fazemos um resgate histórico de construir o velódromo, que será, certamente, um embrião de inclusão social da juventude e de todas as idades que gostam...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Eu inicio, Ver. Sgarbossa, me dirigindo de uma forma mais particular a V. Exa., autor do projeto, mas também a todos os colegas. Eu me preocupo muito quando, sobre esse projeto em tramitação e votação, somente neste momento vem a notícia, através do Ver. Nedel, da recomendação para a iniciativa privada reformar o velódromo. Eu tenho que manifestar essa minha compreensão pela

natureza do seu projeto; eu o acho de extrema importância porque ele amplia, inclusive, a perspectiva da discussão da Cidade como um lugar de fruição para todos.

Eu queria destacar, primeiro, a perspectiva histórica que o senhor traz aqui em relação ao primeiro velódromo do País e também as imagens que nos dão a dimensão da fruição, inclusive pelas mulheres daquela época, para que a gente também tenha essa dimensão da participação das mulheres em todas as etapas históricas e ainda mais em espaços de convivência com a natureza – acho que é uma dimensão interessante da participação das mulheres. Então, além da perspectiva histórica, a perspectiva esportiva e cultural. É uma cultura diferente da prática esportiva e também da cultura que vai se formando em cidades como Porto Alegre, na perspectiva da convivência humana, na perspectiva da saúde – não apenas a saúde olhada de uma forma biológica, a saúde vai além do biológico -, com bem-estar físico, psíquico e emocional, porque a prática esportiva, a prática cultural e a prática educacional, historicamente, estão relacionadas com o bem-estar da saúde das pessoas. Por isso, chamo atenção e digo da minha preocupação que a CECE e a COSMAM tenham dado pareceres negativos ao seu projeto. Acho que tínhamos que começar a ter uma discussão, se for necessário, para determinados projetos, e as Comissões olharem de uma forma diferenciada, de forma a garantir a fruição de saúde, de bem-estar pela Cidade, enfim, do que a Cidade nos oferece, porque parece que, de repente, viramos as costas para uma Cidade que tem um velódromo como este. Bom, a fruição dos espaços públicos, também da natureza, no sentido daquela relação do ser humano com a natureza em todas as idades, mas, de uma forma muito especial para a nossa juventude, com possibilidade, inclusive, de encontrar um espaço assim, o que o seu projeto nos garantiria, a convivência que dá dimensão diferenciada na formação de novos cidadãos e novas cidadãs. Geralmente, nós ouvimos aqueles que são sempre contrários a qualquer avanço dizerem que a juventude é o futuro. Eu acho que a juventude sempre é o presente em qualquer etapa histórica para construção de um outro futuro junto com as outras gerações, mas que lhe deem essa possibilidade. Finalizo, por outro lado, também, dizendo da perspectiva de uma Cidade onde a reforma urbana esteja integrada à convivência e às relações humanas diferenciadas, com espaços de fruição que são estratégicos para o enfrentamento à violência urbana, porque ela pode ser enfrentada com esses espaços de fruição e não com cerceamento dos espaços públicos, dentro de uma cidade - isso é mais violência sobre seus cidadãos. Então, vamos votar a favor. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Acho que a Câmara Municipal tem sido muito cerceada em iniciativas, não só democráticas, mas inovadoras. Eu creio que a população tem que estabelecer esta discussão e olhar o que a Câmara está procurando fazer.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 017/14.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Bom dia, senhoras e senhores, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna para fazer um breve aparte ao projeto, Ver. Marcelo Sgarbossa. E também quero manifestar a minha surpresa com relação à manifestação do Ver. Nedel, que diz haver intenção da iniciativa privada em investir, qualificar e reformar o espaço do velódromo de Porto Alegre. Todo o incentivo, todo o investimento feito em esporte e educação, ao meu ver, não é gasto – percebam, eu usei a palavra “investimento” –, é investir em qualidade de vida, em saúde, também em segurança. Se nós oferecemos aos nossos jovens novas perspectivas, possibilidades de que eles possam buscar o seu futuro, o seu sustento através do esporte, através do seu estudo, nós estamos garantindo que essa pessoa, esse cidadão, no futuro, não busque uma alternativa de subsistência na criminalidade, numa atividade ilícita. Portanto, toda e qualquer iniciativa no âmbito do investimento em educação, esporte, lazer, para nós, não é jamais um desperdício de recurso público. Porém, eu não vejo com bons olhos iniciativas de parcerias público-privadas que são gerenciadas ou orquestradas no silêncio, no apagar das luzes. Quando há lisura em um processo de estabelecimento de um acordo, de um contrato de uma Parceria Público-Privada, não há o que esconder.

Portanto, assusta-me bastante a notícia veiculada recentemente pelo Ver. João Carlos Nedel de que há interesse de uma empresa em investir na nossa Capital. Assusta-me muito, porque eu não sou contrário às parcerias público-privadas, mas, na maioria das vezes, são propostas para privatização dos espaços públicos, e, a isso, eu, a Ver.^a Fernanda Melchionna e o nosso partido PSOL somos veementemente contra. Os espaços públicos devem continuar sendo públicos, acessíveis à população e disponíveis para todo e qualquer cidadão que queira utilizar esses espaços. Portanto, estou com dois pés atrás agora, porque o velódromo é aberto, é acessível para toda e qualquer pessoa que queira utilizar. No momento que há silêncio e há uma tratativa em segredo entre uma empresa e a Prefeitura de Porto Alegre, eu não tenho boas vibrações, portanto me preocupa muito a questão da privatização desses espaços que são da sociedade e não devem ser dados à iniciativa privada para que se tornem um pedaço de terreno para especulação. Uma boa-tarde a todos, votarei favoravelmente ao projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, por conta do mérito – totalmente cheio de mérito. Nós precisamos qualificar os espaços da nossa Cidade, e este projeto visa justamente a isso: qualificar um espaço e dá-lo à população em condições de ser bem utilizado. Parabéns, Ver. Marcelo Sgarbossa, e que tenhamos a aprovação da sua proposta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCL nº 017/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 017/14, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Apenas quero dizer que efetivamente o que o Prof. Alex coloca aqui no final e o que a Ver.^a Jussara Cony ressaltou, a Ver.^a

Sofia, Ver. Comassetto e o Ver. Adeli também, foi justamente a fala do Ver. Nedel, que é uma surpresa – eu acompanho o tema, e não sabíamos que havia uma empresa interessada, e a mesma preocupação do Ver. Prof. Alex é a minha, a não privatização dos espaços públicos da Cidade, aqui estamos falando do Parque Marinha do Brasil. Então vejo isso com preocupação e quero aqui fazer um pedido - depois vou conversar com o Ver. Nedel, independentemente da aprovação ou não do projeto, se existe esse interesse da iniciativa privada em financiar a construção de um velódromo, que assim o faça. Agora, o que o Prof. Alex coloca aqui é muito importante: não se quer o prato pronto. Daqui a pouco, chega um projeto da iniciativa privada, uma empresa financiando, fecha aquele espaço, com a justificativa de que tem que manter, e não se faz o velódromo, se dá uma reformada naquela pista, que ela tem o formato de um feijão – não é um velódromo, um velódromo é oval, o traçado de um velódromo é outro, não é aquele que está ali. Então, não queremos que, quando aparecer o projeto, não caiba mais discussão. Eventualmente até se faz uma audiência pública, mas o que se sugere na audiência não resolve nada, os técnicos e o projeto não mudam em relação àquilo que foi colocado em audiência pública, e daqui a pouco nós temos, entre aspas, uma reforma daquela pista, que precisa, mas não um velódromo como se deseja, e pior, como o Prof. Alex coloca, privatizado. Ali se entra só em determinados horários, tem um segurança que cobra pela entrada, eventualmente um espaço publicitário fantástico, explorado pela empresa que vem investir recursos, como a Coca-Cola, enfim, quem for. Lembro até hoje, uma ofensa a um morador de Porto Alegre não nascido aqui, mas um gaúcho, esta é a minha Capital, quando passei ali na frente do Anfiteatro Pôr do Sol, e ele estava pintado com as cores da Pepsi-Cola! Parecia uma grande garrafa de Pepsi-Cola. Ficou ali durante algumas semanas, foi o acordo que a Prefeitura fez para poder fazer um show patrocinado... Mas ver aquele espaço da Cidade, onde até o nome foi escolhido pela cidadania porto-alegrense, pintado com as cores de um refrigerante!

Então, vejam, não se quer efetivamente a privatização dos espaços públicos. Eu aqui vou encaminhar, independente da aprovação ou rejeição do projeto, um Pedido de Informação para entender o que está em tratativa na Prefeitura em relação a essa empresa interessada. Como temos um Conselho do Fundo Diretor Cicloviário já em funcionamento, fazer com que participe dessa decisão. E outras entidades também, que se abra para participação desde logo, e ver que ideia é essa que está sendo gestada dentro da Prefeitura e que tem interesses privados, como colocou o Ver. João Carlos Nedel.

Então, espero que seja aprovado. Quero repetir que não estamos obrigando a Prefeitura a nada, estamos apenas ampliando as possibilidades de investimento dos recursos que já estão previstos no Plano Diretor Cicloviário, lei de 2009. Realmente não vejo motivos para rejeitar o projeto. O Ver. João Carlos Nedel coloca que já há o interesse de uma empresa, isso não é um bom argumento, pois, se há interesse, que bom! Nada impede que uma Parceria Público-Privada aconteça, mas nós, aqui, não estamos obrigando a nada, apenas abrindo mais possibilidades de investimento dos recursos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 017/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, que tão brilhantemente preside a nossa Câmara de Vereadores e a nossa Sessão; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós estamos discutindo aqui, na realidade, melhorias no velódromo Joel Fagundes, que foi assassinado por um motorista lá perto do Aeroporto, e o Ver. João Carlos Nedel, através de um projeto de lei, deu o nome desse ciclista ao velódromo que nós temos. E seja quem for que reforme, Ver. Marcelo Sgarbossa – sei da sua intenção, que é sempre honesta -, não importa se uma empresa arrumar o velódromo, ou se eu e V. Exa. gastarmos o dinheiro para fazer isso. Eu gostaria muito de fazer isso, até porque eu sou um frustrado da bicicleta. Como eu tive toda a minha infância no Município de Ibiraiaras, vizinho do seu Município – somos quase conterrâneos -, eu nunca ganhei uma bicicleta, tenho uma grande frustração de não saber andar de bicicleta, porque nunca tive uma. Nunca tive uma bicicleta. Então, talvez, por isso, eu defenda tanto os ciclistas, a bicicleta, acho que é uma paixão recolhida e não consumada: não sei andar de bicicleta. O que eu quero dizer aqui, Ver. Sgarbossa, é que esse velódromo precisa realmente ser consertado, se tiver um grupo de pessoas, ciclistas ou não, que o faça, que não tire o velódromo do lugar, que ele continue livre como está para quem dele quiser fazer uso, eu não tenho nenhuma objeção. Ao contrário, eu faria um chamamento para que empresas viessem ajudar a construir ou reformar os equipamentos públicos que temos na Cidade. Claro que se eles quisessem colocar uma propaganda: essa aqui é a empresa do Ver. Alex – quando o Vereador virar um capitalista, no momento, não é, mas quando isso acontecer e ele tiver uma empresa, colocar lá: patrocinado pelo Alex empresário Ltda. ou S.A. -, e arrumassem o velódromo, nós iríamos aplaudir, porque o velódromo continuaria no mesmo lugar, continuaria aberto à população, com qualidade melhor. Qual é o problema de alguém ajudar a arrumar isso? Isso é a mesma coisa que o Aeroporto Guarulhos, de São Paulo, Ver. Marcelo Sgarbossa. Quando V. Exa. for a Itália – e o senhor tem uma boa experiência nisso, gosto sempre de ouvi-lo, até, esses dias, assisti na televisão uma experiência parecida -, ou voltar da Itália, pelo novo terminal do Aeroporto de Guarulhos, que foi privatizado pela Presidente Dilma, verá que lá está cheio de propagandas, em muitos lugares. E foi isso o que viabilizou para termos um aeroporto moderno. Eu falo do aeroporto, que é uma obra grandiosa, para dizer que, se uma obra grandiosa pode ter publicidade, uma obra como a do velódromo nosso, aqui, também pode acontecer, para que haja o direito de as pessoas, principalmente as pessoas pobres, terem qualidade nos equipamentos públicos, sejam eles recuperados pelo Poder Público ou pela iniciativa privada. Que bom que apareçam muitas empresas para arrumarem praças, velódromos, pistas de *skate*, etc. O que importa é que a gente tenha muitos equipamentos para as pessoas, principalmente para aquelas que têm pouco dinheiro, poderem usufruir, poderem fazer esporte com qualidade, como os ricos fazem. Quando é no Parque Marinha, na Redenção ou em qualquer outro parque, nós precisamos, aí sim, que apareçam empresas privadas – que sejam privadas mesmo – para arrumarem

aquilo que o Poder Público não consegue. E quem ganhará com isso é a população, principalmente a população mais pobre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCL nº 017/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 08 votos **SIM**, 13 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

INDICAÇÃO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

IND. Nº 022/16 – (Proc. nº 0959/16 – Ver^a Sofia Cavedon) – ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. José Fortunati, sugere que a EPTC não multe os veículos que avançarem o sinal vermelho, em baixa velocidade, no período noturno, enquanto perdurar a crise da segurança pública na Capital.

Observação:

- Encaminharam a matéria os Vereadores Sofia Cavedon e Elizandro Sabino em 02-06-16.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 022/16. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 022/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós, aqui, conversamos com muita frequência sobre a iniciativa dos projetos. E toda vez que o projeto tem vício de iniciativa, se conversa sobre a possibilidade da indicação - que é uma sugestão ao Prefeito para que ele estude a questão. Acredito que precisamos aprovar aquelas indicações que aqui se apresentam, porque, com isso, damos ao Legislativo a possibilidade de sugerir propostas, e como não é impositiva, é apenas uma sinalização, é bom para a Cidade. Até mesmo porque sou favorável, completamente favorável, Ver.^a Jussara Cony, à proposta que aqui se encaminha. Já falei certa vez aqui, ali na Av. Antônio de Carvalho – vou dar um exemplo para V. Exa., Vereador – tem uma sinalização eletrônica, e antes da sinalização, tem umas quatro placas que dizem assim: Das 6h às 20h, máximo de 40 km/h; depois das 22h, pode ser 60 km/h. Outra placa diz assim: Nos sábados, domingos ou feriados, não são 40 km/h, mas 60 km/h. Logo, passando a sinalização, há outra placa que indica que à direita é para entrar no bairro novo que está saindo ali. Pelo amor de Deus, se ficarmos olhando essas placas, vamos nos matar. É um perigo violento: de sexta-feira a segunda-feira, são 40 km/h, mas depois das 20h podem ser 60 km/h; sábado e domingo, podem ser 60 km/h, mas daqui a pouco, são 40 km/h. Nas estradas

gaúchas, normalmente, as placas estão no meio das capoeiras. Tem os pardais, a velocidade é 40 km/h, é 60 km/h, é 70km/h, é 100km/h, na Freeway é 110 km/h, na faixa 1 é 70 km/h, no meio é 90km/h, caminhão é 60km/h. É um absurdo! Não olho para essas placas no meio do mato, me nego, porque, normalmente, tem umas cinco ou seis pés-de-vassoura para escondê-las. Aqui na Cidade, não olho para esse mundaréu de barbaridades de sinalização. A cada 50m, é uma verdadeira poluição, e não paro em sinaleira depois da meia-noite, sob hipótese nenhuma. A minha vida vale muito mais, mas muito mais do que R\$ 300,00, R\$ 400,00, R\$ 50 mil ou R\$ 1 milhão. Está errada essa sinalização, muito errada, Vereadora, está na hora de pensar um pouco na segurança do cidadão. Essa sinalização de olho de gato na sinaleira é para país de primeiríssimo mundo, que tenha um policial em cada sinaleira, dando mais ou menos uma olhada. Está correto, sou amplamente favorável a que essa sugestão precise se transformar numa lei. Porque não é possível, por causa de R\$ 40, R\$ 50, ou perdermos quatro ou dez pontos na carteira, nós correremos risco de vida. Faz mais ou menos uns dez anos, esse cidadão que me deu a sugestão, faleceu. E eu que escuto a Voz do Brasil, ouvi nesta semana que há um projeto em Brasília, que diz o seguinte: “Pequenas multas de trânsito, quem teve essa multa - que não seja grave -, que possa ser revertida, convertida em doação de sangue.” Está certo também. Então, Ver. Nedel, nós não temos competência para encaminhar um projeto determinado que se retire, ou que não se considere a multa depois de um horário x. agora, indicar, sugerir, tem a minha completa aprovação. Por isso, eu voto favorável, está certo, e eu repito: não vou me matar por causa de quatro pontos na carteira. Aquele velho abraço! Faça um curso, se for necessário.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 022/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, Ver.^a Sofia Cavedon, a proposição que a senhora faz, e é uma proposição indicativa, portanto, não dá para fazer a leitura como se fosse, a aprovação disso, uma lei. O que nós estamos aprovando aqui é uma sugestão legal desta Câmara de Vereadores, ao Sr. Prefeito Municipal, que possa olhar esse mecanismo como um elemento a mais para tratarmos da insegurança pública. Inclusive, esta proposta, a Ver.^a Sofia não tirou só da sua cabeça; o assunto foi debatido e discutido no Conselho Municipal de Segurança e foi sugerido por quem, Ver.^a Jussara? Pelos oficiais da Brigada Militar, que lá estavam, dizendo, recomendando para não parar, à noite. Quanto ao termo noite, o Executivo tem que quantificar qual é o melhor período, que não se deve parar à noite, nas sinaleiras, porque a delinquência já colocou na sua estratégia de assalto as sinaleiras. E quem que eles assaltam nas sinaleiras? Prioritariamente, os carros que estão com uma só pessoa e se essa uma pessoa for mulher. Aqui, eu já aproveito para dizer isto - a TV nos oportunizando dialogar com os nossos cidadãos e

cidadãs -, que, quando vier alguém falar junto ao vidro, não baixem o vidro, porque os delinquentes estão usando um *spray* de ácido. Preferencialmente, as mulheres, se estão com o vidro baixado ou baixam o vidro, são atingidas por um *spray* de ácido, que a pessoa perde todo o controle. Eles dominam o carro e roubam o carro com todos os pertences e, muitas vezes, abandonam essas vítimas em qualquer lugar sem nenhuma proteção ou a sequestram ainda para usurpar da cidadania, que age sempre no sentido de auxiliar as pessoas. Então, essa medida é uma recomendação para que o Município de Porto Alegre oficialize um programa municipal de condução nas sinaleiras. Nós estávamos dialogando com um representante da EPTC, que está aqui no plenário, que já dizia: “Mas nós fazemos isso”. Fazem isso, mas ninguém sabe. Ao mesmo tempo, a EPTC acabou de anunciar, Ver. Kevin Krieger, que tem um conjunto grande de sinaleiras, em Porto Alegre, em que foram colocadas câmeras de filmagem, e quem passa no sinal vermelho está automaticamente multado, o que está correto, mas passar no sinal vermelho, às três da madrugada, numa sinaleira na Av. Edgar Pires de Castro, onde não tem uma viva alma nas proximidades, é correr risco. Mesmo porque, neste momento, a Brigada Militar – que fez essa recomendação –, sabem quantas equipes tem em Porto Alegre, Ver. Airto Ferronato, por noite, para atuar? Quatro equipes em Porto Alegre! Quatro equipes não dão conta nem de um dos 93 bairros de Porto Alegre – o projeto de readequação dos bairros foi votado aqui –, imaginem vocês, senhoras e senhores, de toda a Cidade! Portanto, esse projeto recomenda que as sinaleiras, à noite, tenham um determinado horário, que seja anunciado, que possam ficar no amarelo piscante num determinado horário da noite, assim, as pessoas que chegam ali vão olhar para os lados para poder passar, até porque, em alguns locais, há algumas recomendações. Eu, particularmente, fui multado em uma delas, lá na Estrada Costa Gama, próximo à Estrada Gedeon Leite; tem um pardal eletrônico e uma indicação dizendo que, após as 23h e nos finais de semana, a velocidade permitida não é de 40, mas de 60 km/h – Ver. Alex, próximo à sua casa, no caminho para a minha casa. Eu passei a 50 km/h, no horário em que dizia que podia passar a 60 km/h, e fui multado. Então, não é bem assim, os programas dizem, mas, muitas vezes, os equipamentos não estão regulados, adequados e funcionando nisso, e aí o ônus cabe a quem sofreu a multa, que tem que fazer toda a justificativa. Nós não queremos que isso aconteça.

Então, colegas Vereadores e Vereadoras, nós sugerimos aqui que essa é uma medida com que a Cidade poderá contribuir, e esta Casa também, para que se torne realidade um pequeno item relacionado à segurança da cidadania, que é permitir que, em alguns horários, à noite, possa se passar nas sinaleiras sem ser multado. Para isso, a EPTC tem toda a possibilidade e o potencial de organizar um programa. Essa é a intenção. Ver.^a Sofia, conte com o nosso apoio.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 022/16.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver.^a Sofia, em especial, vou votar favoravelmente ao seu encaminhamento, mas, antes, quero fazer um registro. É bom que os Vereadores ouçam, porque não é a primeira vez que acontecem esses cambalachos que eu vou relatar agora. Isso é cambalacho! Cheguei aqui no Plenário agora porque ouvi citarem o nome do Cappellari e pensei que ele estivesse aqui, porque esse é outro incompetente, esse eu vou contar uma coisa aqui! O próximo Governo tem que dar uma passagem para ele ficar vários meses fora de Porto Alegre. Esse é outro incompetente. Incompetente! Eu admiro, de forma negativa, claro, os que mantêm o incompetente ali.

Vocês sabem que, no ano passado, está fazendo exatamente um ano, eu protocolei um projeto com o objetivo de lei. Eu quero criar lei, porque, se nós não temos condições de colocar segurança pública à disposição da sociedade nos cruzamentos, principalmente tarde da noite, nós não podemos colocar câmeras e ficar fazendo publicidade, dizendo que agora serão multados eletronicamente e não sei o que mais. Eu não sou favorável a proteger quem transgride regras de trânsito, e vocês estão lembrados que tem um projeto meu que está tramitando aí e que eu segurei porque ainda não está pronto para ser votado. O outro que diz que proíbe procedimento dissimulado de servidor público. Quando o servidor público age dissimuladamente? Quando ele se esconde para trabalhar, porque um homem fardado tem que trabalhar na via pública, ele tem que aparecer para a sociedade, orientar, reger o trânsito e multar em último caso, sim, mas multar mesmo quem transgride, não como o caso de um vídeo que eu recebi há poucos dias, e muitos dos senhores receberam, mostrando, ali no viaduto São Jorge, uma viatura da EPTC com o servidor lá dentro, escondido, multando. Gente, é o seguinte: é claro que quem vai descer um viaduto, como descendo a Salvador França, vai acabar se excedendo. Se a velocidade for de 50 km/h, vai colocar 57, 58 km/h e já leva a multa. Isso não é cuidar do trânsito, isso é um exagero, é uma maluquice, é um comércio. Mas não, eles permanecem fazendo. Então eu vou pedir, encarecidamente, que eu quero ver isso em lei, e fim. Agora eu fiquei sabendo que devolveram o meu projeto. Sabem por quê? Pediram uma diligência, o Ver. Nereu voltou, terminou o seu período aqui – ele era Suplente –, voltou para a Casa, e o projeto ficou lá, não sei onde. Agora, retornou. Um ano! Eu quero discutir, sim, porque esse é um projeto polêmico, que tem ônus e tem bônus. Nós precisamos discutir, sabem por quê? Eu volto a dizer: não apoio aqueles que transgridem regras de trânsito; agora, querer que alguém fique – não importa o lugar, se é Zona Norte ou Zona Sul – num cruzamento, na madrugada, esperando o sinal verde, na iminência de ser assaltado... Isso é coisa de louco! Não dá! Ora, Sr. Cappellari, quem sabe, então, o senhor cria um meio termo e coloca ao menos aquilo que as cidades vizinhas já colocaram, que é o semáforo com tempo? Assim, conseguimos ao menos administrar a nossa velocidade, para chegar lá e não parar. Mas não, aqui em Porto Alegre, o que é moderno são as multas. Os semáforos, com raríssimas exceções, são da “época do epa”.

Ver.^a Sofia, voto favoravelmente à sua indicação. Quero enfrentar, lá na frente, esse projeto, que voltou – graças a Deus! – e está tramitando na CCJ. Voltarei a

dizer – receberei críticas, não há dúvidas quanto a isso – que nós precisamos tomar posições a favor do cidadão, não dos assaltantes!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 022/16.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos vivendo um momento em que todos os cantos de Porto Alegre estão sofrendo com a falta de segurança pública. Hoje mesmo, eu fui a Belém, porque, ontem pela manhã, assaltaram o CAR Extremo-Sul, levaram objetos, telefones de funcionários, professores e universitários que estavam visitando aquele local. Fui conversar com os policiais para saber das dificuldades deles em suas delegacias. Estamos passando por um momento muito triste, quando se fala em segurança pública. Sei que é uma bela intenção da Vereadora em reforçar esse sentimento de insegurança em Porto Alegre. Mas creio que o indicativo foi mal formulado, porque há um problema de ordem legal.

O Executivo não pode declarar que as pessoas podem passar com sinal fechado e não pode anular as multas. Para não fugir do tema, acho que podemos elaborar um projeto para que o Poder Público Municipal possa deixar as sinaleiras com o amarelo piscante, que é o que determina o Código Nacional de Trânsito. Passar por cima disso é não ter objetividade no que se quer pedir. Eu peço que a senhora retorne com um novo indicativo para que todas as sinaleiras fiquem com o amarelo piscante, avaliando até os dias, porque podem ocorrer alguns acidentes, e quem vai bancar por esses acidentes? Mas que sejam colocadas sinaleiras em Porto Alegre, em amarelo piscante, que é o que determina o Código Nacional de Trânsito. E mesmo assim, com essa boa ideia de tentar criar segurança em Porto Alegre para quem transita à noite, nós temos que ver o que pode acontecer além de só passar uma sinaleira. Nós vamos ver quem vai ficar responsável por qualquer acidente que ocorra na madrugada por ultrapassagem de sinaleira e até, muitas vezes, em alta velocidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Indicação nº 022/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 13 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h27min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0380/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/16, de autoria do Ver^a Sofia Cavedon e outros, que estabelece o subsídio mensal do prefeito como teto remuneratório no âmbito da Administração Direta e das autarquias e das fundações da Administração Indireta do Executivo Municipal.

PROC. Nº 1150/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que altera o *caput* do art. 4º e o parágrafo único do art. 5º e inclui incs. I e II no *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 332, de 2 de dezembro de 1994 – que determina a obrigatoriedade da colocação da numeração predial em local visível –, e alterações posteriores, alterando o valor das multas aplicadas em caso de seu descumprimento e estabelecendo à Secretaria Municipal do Urbanismo – Smurb – a sua fiscalização. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 1162/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/16, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede a Comenda Porto do Sol à UniSuper – Rede União Gaúcha de Supermercados Atacados e Distribuição Ltda.

PROC. Nº 1234/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/16, de autoria do Ver. André Carús, que cria o Plano Municipal de Educação Ambiental.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0824/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/15, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que institui o Código Municipal de Proteção aos Animais, no âmbito do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2635/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 247/15, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui e define como Zona Livre de Agrotóxicos e Transgênicos à Produção Primária e Extrativa a área definida como Zona Rural no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1312/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/16, que altera limites de Subunidades, de Unidades de Estruturação Urbana (UEUs) de Macrozonas (MZs), cria Subunidades e as institui como Áreas Especiais de Interesse Social, AEIS I ou III, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, áreas correspondentes aos empreendimentos aprovados no Programa Minha Casa, Minha

Vida, da Caixa Econômica Federal (CEF), e novos empreendimentos destinados à produção habitacional, que atenda à Demanda Habitacional Prioritária (DHP).

PROC. Nº 1379/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 015/16, que altera a denominação de parte do Anexo II para Anexo I e altera o inciso II, letra “c”, do Anexo II da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988, que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), revoga e cria cargos em comissão; estabelece as atribuições dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas no âmbito do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RODRIGO MARONI: Obrigado, Ver. Comassetto, por me ceder a inscrição de Pauta. Venho aqui para falar do projeto que, na minha opinião, vai ser o meu projeto central neste ano. Todos nós temos temas, tenho acompanhado o trabalho dos colegas, ano passado o Delegado Cleiton teve o debate do feriado, da mobilização que o movimento negro fez aqui em Porto Alegre, todos nós temos temas que a gente pega como prioridade. Esse meu projeto, Delegado, o senhor falou ontem, com todo o respeito que teve e sempre tem, eu o admiro muito pela forma diplomática e absolutamente conciliadora que manifestou a sua opinião, saiba que o meu respeito é mútuo e vai ser sempre o mesmo, de alto nível na discussão, e que a gente possa estar elaborando de uma forma inteligente soluções e alternativas para aquilo em que a gente acredita. Mas queria falar sobre o projeto em si, que é um projeto caro para mim, particularmente, talvez justifique a minha passada pela Câmara Municipal durante este ano. Devo ter agora, vai entrar em Pauta semana que vem, algumas dezenas de projetos que apresentei das mais diversas vertentes de proteção da causa animal, de proteção dos animais, mas o Código de Defesa dos Animais, que entrou em Pauta e que vou levá-lo a cabo para que seja aprovado, vou discutir e quero trazer pessoas, inclusive da sociedade. Trouxe veterinários, protetores aqui para conversar e recebi pessoas das mais diversas vertentes religiosas, das mais diversas vertentes da sociedade para discutir o Código de Defesa dos Animais. Esse Código, independente do que for dito pela Procuradoria, com todo o respeito que eu tenho, independente de quem vier aqui justificar, eu vou levá-lo à última instância que eu puder, porque, na minha opinião, o mínimo que se pode fazer, no ano de 2016, é aprovar esse projeto. É um Código que reafirma que não se pode utilizar animais em laboratórios para medicamentos, como é feito hoje, com um massacre de animais que são criados para isso; não se pode utilizar animais para perfumaria e coisas fúteis; não pode haver animais em circo e zoológico, animais para tração de carroça. Esse é o projeto mais caro da minha vida; talvez, até aqui, a coisa mais importante que eu tenha apresentado. Por isso, eu vou levar até a última instância esse debate, independente do que for discutido. E, fundamentalmente, na parte do inciso VII, que é a da dessensibilização dos animais.

Ontem, eu recebi uma senhora que veio tentar me convencer a retirar o inciso VII, parte em que o animal é morto, em que o animal é massacrado, na verdade. Eu fiz visitas a abatedouros de produtores que vendem para grandes empresas, e vi como são mortas as ovelhas, os porcos e os bois e como é a vida dos frangos dentro das granjas. Eu quero convidar uma pessoa a me convencer de que aquilo não é algo medieval, que a espécie humana é capaz de fazer, dando uma porrada na cabeça e cortando, deixando o bicho agonizar. Aí me perguntaram: são 780 bilhões de animais que são mortos em abatedouros para a nossa espécie se alimentar. Eu lamento que a gente tenha essa cultura, mas é da vida. Mas não pode ser que esses bichos sejam mortos com dor, como tem sido até o ano de 2016.

Aí entra a parte das terreiras que é questionada. Eu não estou aqui fazendo um debate contra a religião A ou B, pelo contrário, sou completamente a favor de qualquer religião que pregue o amor, mas eu não vou aceitar, mesmo que seja 1% dos animais. Tem que ter uma regra geral, e a regra dos abatedouros tem que ser a regra que vai ser...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. RODRIGO MARONI: ...dentro de uma terreira, para que esse animal seja dessensibilizado. E também não serei a favor, jamais, nunca, que um animal seja morto para desperdício, num País como o Brasil, onde há miséria, onde há fome. Então, colocar um alimento animal ou um saco de bolacha fora é um pecado. Não pode ser que haja pessoas favoráveis a matar um animal e não fazer disso um fim alimentar. Este é o inciso que será mantido até o final pela proteção incondicional e pela defesa dos animais, contra a dor, contra a morte e pela vida, pelo amor que se tem aos animais, porque eles merecem e que, infelizmente, até hoje, não tiveram por eles essa humanidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, há dois projetos em Pauta que gostaria de tratar aqui. O primeiro é este de autoria do Ver. Maroni, e quero sugerir a ele que, como fui autor de um projeto de lei que instituiu o dia 21 de janeiro como o Dia Municipal da Luta Contra a Intolerância Religiosa, que possamos fazer esse diálogo a respeito do seu projeto para dizer que não existe nenhum viés da intolerância religiosa. Coordeno a Frente Parlamentar dos Povos de Matriz Africana, que trabalha no território, que trabalha num conjunto de fatores, e é importante poder dialogar sobre este tema. Queria, primeiro, fazer este registro. Segundo, tratar aqui do PLL nº 033/16,

de autoria da nossa Bancada e assinado pela Ver.^a Sofia, por mim, pelo Ver. Marcelo e pelo Ver. Adeli, que estabelece que no Município de Porto Alegre, entre todo o funcionalismo público, não poderá ter um salário que seja maior que o salário do Prefeito Municipal. Nos debates que fizemos aqui dos projetos que vieram do Executivo, das diversas categorias isoladas - veio o projeto dos médicos isolado; veio o projeto da Fazenda isolado; veio o projeto dos Procuradores isolado -, e hoje, por incrível que pareça, existe no Município de Porto Alegre uma casta que recebe mais que o Prefeito Municipal. Eu creio que tem um erro aqui. Então, nós estamos trazendo este debate, a Ver.^a Sofia, na sequência, vai aprofundar mais aqui os detalhes a respeito do nosso projeto, propondo uma lei municipal para que o teto máximo do funcionalismo seja o teto do salário do Prefeito de Porto Alegre. Por que alguns funcionários podem ou devem receber mais do que aquele que está responsável por fazer a gestão de toda a cidade de Porto Alegre, de toda a Capital, que gerencia todos os demais funcionários públicos municipais? Então, nós estamos propondo aqui um teto, um limite do salário. Já foi determinado assim no Governo do Estado, já foi determinado no âmbito federal, mas, por incrível que pareça, há muitos funcionários públicos que recebem mais do que o Presidente da República, no âmbito federal. Há muitos funcionários públicos que recebem mais do que o Governador, no âmbito do Estado. E há outros, em nível de Município, que recebem mais do que o Prefeito Municipal. Nós estamos propondo aqui que essa discussão seja feita e que o teto salarial para o Município de Porto Alegre seja o salário do Prefeito Municipal, porque o Chefe do Executivo tem a prerrogativa de conduzir a política pública municipal. Então, nós estamos oferecendo esse tema para o debate na Cidade, porque nós estamos aguardando aqui acordo feito com o então Prefeito Municipal José Fogaça, depois com o José Fortunati. Os dois se comprometeram de enviar para esta Casa o Plano de Carreira do funcionalismo público municipal. Por falar nisso, Ver.^a Sofia, a senhora, que é funcionária pública, recebia uma mensagem que o funcionalismo público decretou entrar em greve a partir do dia 16, justamente, porque um dos temas que não consegue dialogar é o tema do reajuste e a garantia do pagamento do funcionalismo público municipal. Recebi, há pouco, essa informação certamente virá aqui, com mais qualidade, pela nossa colega Ver.^a Sofia Cavedon, que também é funcionária pública municipal. Então estamos oferecendo para a cidade de Porto Alegre esse projeto, projeto de lei que estabelece o subsídio mensal do Prefeito como teto remuneratório no âmbito da Administração Direta de Porto Alegre. É um debate que está em aberto a partir deste momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na Pauta, hoje, acredito que em 2ª Sessão, além do Código Municipal de Proteção aos Animais, proposta do Ver. Rodrigo Maroni e já examinada há poucos

minutos, eu vejo dois projetos de maior e significativa importância. O primeiro trata das Áreas Especiais de Interesse Social, que é, no fundo, o restabelecimento de projeto já aprovado aqui na Casa, já transformado em lei e que acabou sendo contestado em juízo por uma falha no máximo de caráter formal, isto é, não havia sido realizada audiência pública a respeito do assunto, e isso determinava que o mesmo fosse nulificado por iniciativa do Ministério Público Estadual, acolhida final pela Egrégia Justiça Pública do Rio Grande do Sul. O que se nos afigura relevante é que esta proposta veio acompanhada de forte exposição, mas, no nosso entendimento, com uma deficiência porque, inexplicavelmente, deixou de incluir áreas que já foram amplamente esclarecidas, pertenciam à categoria das Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS III, que são os empreendimentos onde haja reserva específica e compromisso formal de garantia de que parte do empreendimento, na ordem de 20%, ser integralmente endereçado para aquelas famílias com renda familiar de até quatro salários mínimos, ou seja, primeiro nível do programa Minha Casa, Minha Vida. A não inclusão dessas áreas nos parece um equívoco. Hoje, ainda, durante a reunião de Lideranças, houve uma pequena discussão sobre este aspecto, quando me disseram que um novo projeto haveria de ter vindo para Casa, com a inclusão desta área e de outras tantas que estou a me referir. Eu anunciei e reafirmo aqui que, com muita clareza, estou olhando este projeto; e não será surpresa para ninguém se nós, formalmente, ingressarmos com uma emenda a este projeto de lei. E na medida em que ingressarmos com esta emenda ao projeto de lei, não teremos a menor dúvida de requerer que seja feita uma audiência pública a respeito da matéria, ainda que se informe que o Executivo já realizou essa audiência pública. Acredito que é uma atitude extremamente louvável, mas o que foi examinado durante essa audiência pública era um anteprojeto e não o projeto que hoje está aqui nesta Casa. Mesmo assim, no anteprojeto não se tinha claro quais áreas que seriam envolvidas. Então, estou anunciando com a devida antecedência para que ninguém se surpreenda. Concluindo, me passaram algumas informações de que estas áreas estariam numa situação diferente das demais. Eu vou, desde já, buscar aprofundar o exame, poderei, inclusive, até me curvar a esse argumento, desde que isso resolva o meu convencimento. Se tal ocorrer, até a próxima reunião da Casa, haveremos de protocolar uma emenda com as características restauradoras que eu estou a colocar. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste, para encerrar esta tarde, eu vou falar sobre os projetos que começam a tramitar. Para nós, há um que pelo qual nós temos um carinho e um interesse político muito importante, que é o que trata do tema do teto salarial. A Constituição Federal já prevê o teto, essa é uma conquista da cidadania brasileira. A distância entre os salários mais

baixo do funcionalismo e os mais altos não pode ser tão grande assim, se quisermos um serviço público de qualidade, valorizado. Nós temos um grupo muito pequeno, mas que acaba impactando de forma importante as finanças públicas federais, municipais e estaduais, que se encontram num padrão muito alto salarial. Ninguém tem nada contra a luta dos funcionários pela valorização de suas carreiras, por produtividade, por tempo de serviço, ao contrário, nós estamos juntos achando e lutando para que isso seja um direito de todos os trabalhadores.

Os municipais estão em greve, que foi definida hoje à tarde, enquanto nós estávamos aqui em Sessão, na assembleia do Simpa, que é uma greve indicativa para semana que vem. E essa greve tem a ver com essas distorções, porque, se o Município de Porto Alegre, hoje, não consegue pagar a inflação integral que é a demanda dos municipais, é recompor os valores da inflação, uma das razões é pelas distorções salariais que ainda temos no Município de Porto Alegre. As brutais distorções salariais de nós termos algumas centenas de funcionários que recebem acima do salário do Prefeito e outros milhares de funcionários que recebem o salário mínimo e quando não precisam receber um completivo para chegar no salário mínimo. E temos funcionários, estes que ganham salário mínimo, muitos terceirizados, que sequer têm 30 dias de férias, 13º salário ou licença-maternidade de seis meses. Então essa discrepância com o recurso público não é bem-vinda para o bem do serviço público. Há controvérsia, porque, para nós, a Constituição Federal deveria ser aplicada – ponto: no Município, o teto é o salário do Prefeito; no Estado, é o salário do Governador; na União, é o salário do Presidente. E nós vimos que em muitas ações o Município de Porto Alegre até tentou aplicar, em algum momento chegou a descontar o que passasse do salário do Prefeito, mas os funcionários ganham na Justiça, porque há ausência de regulamentação. Nós já sabemos que o Tribunal de Contas vem questionando tanto Câmara como o Município de Porto Alegre quanto aos salários, e acredito que também a Assembleia Legislativa, o Judiciário, enfim. E acho que o Tribunal de Contas tarda a se movimentar nesse sentido, mas, cedo ou tarde... Esse debate está no Congresso Nacional. Agora houve um reajuste absurdo de cargos dos magistrados, não quero dizer que há funcionários do serviço federal, da Justiça Federal, que já estão há horas sem receber reajuste da inflação, não sou contrária a isso, mas quando vemos tantos penduricalhos nos cargos de quem deveria dar o exemplo no País, dos juízes, do Ministério Público, como auxílio-moradia, auxílio-creche, num valor extraordinário, inexplicável, vemos que é necessário aplicar uma regra do máximo, do teto salarial. Então, todos reconhecemos que uma formação, uma responsabilidade maior implica em salários maiores, no entanto, esses salários não podem ser tão abruptos que não obedeçam a uma regra geral, a um teto, a um limite. Então, nós queremos acelerar, contar com um debate nesta Casa para votarmos o teto salarial em Porto Alegre. Seremos vanguarda no País, talvez façamos escola no País, Ver. Bosco, como Câmara Municipal, seremos exemplo para probidade pública, para o bom uso dos recursos públicos, que é tão esperada, bem-vinda e há um anseio da população brasileira nesse sentido. Então quero valorizar essa questão do teto.

Quero encerrar com o tema do projeto do Estatuto dos Animais e dizer que lamento que novamente para esta Casa venha alguma iniciativa de coibir a manifestação

da cultura afro-descendente, da religiosa, dos terreiros, porque é muito cinismo. As pessoas que comem em larga escala carne de boi, de porco, de galinha não se importam com a forma como esses animais são abatidos, Ver. Cláudio Janta. Por favor, em larga escala! Quando forem todos vegetarianos, venham me dizer que não se pode sacrificar uma galinha no culto do terreiro, mas pode ser sacrificada para alimentação. Então, vamos parar com isso. Acho que é uma perseguição, sim, que está no marco de um País que escravizou o povo negro por 400 anos, que continua com preconceito, com racismo e que quer colocar, sim, limites na manifestação cultural do povo negro. Isso nós não vamos aceitar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como dito no início, quero voltar ao assunto que está na Ordem do Dia, mas, antes, dizer que temos outros projetos muito importantes, como este, da Ver.^a Sofia Cavedon, que limita as autarquias e fundações ao teto do salário do Prefeito. Acho que é um projeto muito importante, já que estamos vendo as dificuldades que tem o Executivo em conceder o reajuste para os municípios de Porto Alegre, como teve no ano passado quando parcelou o reajuste.

Também tem o projeto do Vereador-Presidente desta Casa, Cassio Trogildo, que define a Zona Rural de Porto Alegre como uma zona livre de agrotóxicos e produtos transgênicos. Recebemos aqui, na semana passada, o pessoal da Zona Rural, e é importante termos a nossa Zona Rural de Porto Alegre recebendo esse selo de produtos livres de transgênicos e agrotóxicos.

Mas quero me manifestar também sobre esse projeto que eu iniciei falando, em tempo de Liderança e que a Ver.^a Sofia Cavedon também encerrou falando. Nós temos que deixar de ser hipócritas, as pessoas todas comem não só o frango, a galinha, a ovelha, mas também comem todos os tipos de embutidos: o queijo, presunto, linguiça, salsichão, uma série de alimentos. Agora, já temos, em Porto Alegre, a Lei nº 694, na Lei Orgânica do Município, que diz como deve ser tratada essa questão do Código Municipal de Proteção aos Animais. Agora, dizer, como foi dito aqui no início da Sessão, que as pessoas que fazem rituais usando e matando animais, obrigatoriamente estejam associadas a crimes ou outros desvios, isso não é correto. E associando a isso o fato de que a pessoa que faz mal a um animal, tem problemas psiquiátricos ou problemas de caráter, acho que isso não condiz com nenhum membro de qualquer que seja a religião de matriz africana. Eu participei de um debate com o Ver. Rodrigo Maroni, que é o autor desse Projeto de Lei Legislativo – que é igual ao projeto que teve na Assembleia Legislativa, volto a afirmar aqui -, e disse a ele que tudo que é feito dentro de uma casa de religião é consumido: a canjica, o quindim, o peixe, o frango, o cabrito, a ovelha, o gado, as frutas, nada é colocado fora, é como uma ceia de Natal e

Ano-Novo. Tudo que é ofertado é consumido, nada vai fora, nada é desperdiçado. E essa Lei nº 694 já prevê, assim como a Federação Gaúcha e as próprias entidades já acabaram com o que se via antigamente nas esquinas e praças de Porto Alegre, os antigos despachos, como se dizia. Acabaram com isso, não se vê mais o sacrifício de animais, as oferendas feitas, isso vem desde o tempo bíblico. O Cordeiro de Deus que tirai os pecados do mundo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: ...Em todas as religiões é feita a oferta. Então, trazer essa discussão para dentro da Casa do povo de Porto Alegre é inoportuno, inadequado e desnecessário. Volto a afirmar o que falei aqui no início da Sessão: essa discussão já foi feita na Assembleia Legislativa e não levou a Casa do Povo do Rio Grande do Sul a lugar nenhum. Não há necessidade nenhuma dessa discussão ser feita na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, já que temos a Lei nº 694 em vigor, e teria que ser alterada a Lei Orgânica do Município que prevê o Código de Defesa dos Animais de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h58min.)

* * * * *